

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
CURSO DE HISTÓRIA

MARCOS VINÍCIUS DOS SANTOS

**AS REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO PELA MEIA PASSAGEM NA CIDADE
DE SÃO LUÍS NOS PERIÓDICOS *DIÁRIO DO POVO* E *O IMPARCIAL* (1977-1980)**

São Luís – MA
2024

MARCOS VINÍCIUS DOS SANTOS

**AS REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO PELA MEIA PASSAGEM NA CIDADE
DE SÃO LUÍS NOS PERIÓDICOS *DIÁRIO DO POVO* E *O IMPARCIAL* (1977-1980)**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para o grau de
Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

São Luís – MA
2024

Santos, Marcos Vinícius dos.

As representações do movimento pela meia passagem na cidade de São Luís nos periódicos diário do povo e o imparcial (1977-1980). / Marcos Vinícius dos Santos. – São Luís, 2024.

66 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Meia Passagem. 2. Movimento Estudantil. 3. Periódicos. 4. Ditadura Civil-Militar. 5. São Luís. I. Título.

CDU 94(812.1).08:[329+070]

MARCOS VINÍCIUS DOS SANTOS

**AS REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO PELA MEIA PASSAGEM NA
CIDADE DE SÃO LUÍS NOS PERIÓDICOS *DIÁRIO DO POVO E O
IMPARCIAL* (1977-1980)**

Monografia apresentada ao Curso de
História da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de Licenciatura
em História.

Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth Sousa
Abrantes.

Aprovado em: **03/04/2024**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes
(PPGHIST/UEMA)

Profa. Dra. Carolina Christiane de Souza Martins
(UEMA)

Profa. Dra. Raissa Gabrielle Vieira Cirino
(PPGHIST/UEMA)

Marcos Vinícius dos Santos
Discente

A minha família, em especial, a minha cópia
autenticada, Gael.

AGRADECIMENTOS

“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível,
Que o céu é o limite e você truta é imbatível.
Que o tempo ruim vai passar é só uma fase,
E o sofrimento alimentar mais a sua coragem.
Que a sua família precisa de você
Lado a lado se ganhar pra te apoiar se perder.”
(A vida é desafio – Racionais MC's)

Em primeiro lugar, as forças divinas, por ter concedido que chegasse até aqui, apesar de todas tribulações.

Aos meus familiares, em especial minha mãe, Susiene dos Santos, uma mulher preta, batalhadora que nunca mediu esforços para ofertar uma educação de qualidade e instruir no melhor caminho. Ao meu paidrasto, Hélio Domingos, que com seu jeito brincalhão e afetuoso cumpriu com o papel paternal. As minhas irmãs, Emilly Caroline e Francisca Maria, que sempre estiveram comigo nessa longa caminhada. Aos meus avós, Luzia, Eldenir, Francimar. Enfim, todos os meus familiares que contribuíram de maneira (in)direta para a chegada nesse momento.

À minha namorada, Jessyca Nunes, por ser uma incentivadora e um farol em meio aos dias de sombra.

Aos meus colegas de Trabalho da Divisão de Protocolo e Arquivo da UEMA (Cristiane Gaspar e Gilmara Ribeiro), do Programa Ensinar – Formação de Professores da UEMA (Tharcila Gaspar, Julia Gaspar e Antonio Augusto) e do Centro Educacional Renascer (Sandy e Victoria Caroline) que tornaram o ofício e o ambiente de trabalho o mais leve e prazeroso possível.

Aos meus colegas de turma que foram verdadeiros companheiros nessa jornada no curso de História, especialmente: Éber, Samir, Raul e José Guimarães.

Aos meus colegas do curso de Direito, “Os Convocados”, por todo o companheirismo e incentivo.

Aos professores do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, pela disposição, competência e capacidade de serem facilitadores na construção de um saber histórico crítico e palatável.

A professora doutora Elizabeth Sousa Abrantes por toda sua paciência, perseverança, atenção e ensinamentos na tessitura desse trabalho.

A Universidade Estadual do Maranhão, Instituição renomada, essencial no meu processo de formação profissional.

“Meia-passage nós queremos de novo, pra salvar o bolo o remédio é unir o povo” (Hino da Meia-Passagem).

RESUMO

O movimento pela meia passagem em São Luís representa um dos momentos mais marcantes da história política e social local. A revolta estudantil que resultou na greve da meia passagem, em 1979, surgiu em um contexto de convulsão social, com alta inflação, arrocho salarial, conflitos de terras, carestia, falta de moradia e de alimentação para a maioria dos maranhenses. Dentro do período da Ditadura Civil-Militar brasileira. Diante desses aspectos, o objetivo desse trabalho foi problematizar as representações sobre o movimento da meia passagem de 1977 a 1980 em São Luís, destacando seu processo de organização, propostas, conquistas e a construção de marcos de memória, por meio da análise dos discursos dos periódicos *Diário do Povo* e *O Imparcial*. Os jornais tiveram um papel significativo ao divulgar as demandas dos estudantes e da sociedade. As representações noticiadas evidenciam as dificuldades enfrentadas, bem como as ações de protesto e mobilizações realizadas, tal como a greve de 1979, onde estudantes protestaram contra o aumento nas tarifas de transporte coletivo, demandando a implementação da meia passagem como um direito legal negligenciado. Tendo a participação de Entidades e da Sociedade Civil Organizada que atuaram como mediadora do conflito entre o poder público e os estudantes, as lutas pela meia passagem no Maranhão representam um capítulo relevante na história dos movimentos estudantis, refletindo não apenas busca por benefícios imediatos, mas também a participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Meia Passagem; Movimento Estudantil; Periódicos; Ditadura Civil-Militar; São Luís.

ABSTRACT

The half-pass movement in São Luís represents one of the most striking moments in local political and social history. The student uprising that resulted in the half-pass strike, in 1979, arose in a context of social convulsion, with high inflation, wage chaos, land conflicts, famine, lack of housing and food for most Maranhans. In the period of the Brazilian Civil-Military Dictatorship. In view of these aspects, the aim of this work was to problematize the representations on the movement of the half-pass from 1977 to 1980 in São Luís, highlighting its process of organization, proposals, achievements and the construction of landmarks of memory, through the analysis of the speeches of the newspapers *Diário do Povo* and *O Imparcial*. Newspapers played a significant role in disseminating the demands of students and society. The representations highlight the difficulties faced, as well as the protests and mobilizations carried out, such as the 1979 strike, where students protested against the increase in public transport tariffs, demanding the implementation of half-pass as a neglected legal right. With the participation of entities and organized civil society that acted as a mediator of the conflict between the public authorities and students, the struggles for the half-pass in Maranhão represent an important chapter in the history of the student movements, reflecting not only the search for immediate benefits, but also the active participation in the construction of a more just and equitable society.

Keywords: half fare; student movement; periodicals; Civil-Military dictatorship; Saint Louis.

LISTA DE SIGLAS

A.I. – Ato Institucional

CA – Centro Acadêmico

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base

CONEG – Conselho Nacional de Entidades Gerais

CONUNE – Congresso da União Nacional dos Estudantes

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FESM – Federação das Escolas Superiores do Estado do Maranhão

FUM – Fundação Universidade do Maranhão

HAC – Homens da Ação Católica

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JFC – Juventude Feminina Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

SMDH – Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

UEE – União Estadual Estudantil

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
01 - O REGIME MILITAR NO BRASIL	18
1.1 – Instauração e recrudescimento do Regime Militar.....	18
1.2 – O fechamento da UNE e a repressão.....	22
1.3 – Abertura lenta, gradual e segura do regime militar e a luta pela Anistia	24
02 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL	29
2.1 – Movimento Estudantil no Brasil.....	30
2.2 – Movimento Estudantil no Maranhão	31
2.3 – Movimento Estudantil e a Igreja Católica.....	34
03 - O MOVIMENTO PELA MEIA PASSAGEM PELA ÓTICA DOS JORNAIS	
LOCAIS (1977-1980).....	38
3.1 – Historiografia sobre o movimento pela meia passagem em São Luís - MA	41
3.2 – O (Re)começo do Movimento pela meia passagem (1977-1978).....	44
3.3 – A greve de 1979	48
3.4 – As memórias sobre o movimento pela meia passagem: “a história vive-se ou perde-se no esquecimento”	54
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

Após 15 anos de intensa repressão sociopolítica do regime autoritário que se instalou no Brasil, por meio do golpe militar de 1964, tem-se início no ano de 1979 o processo de abertura política do regime, cujo símbolo principal foi a Lei de Anistia, reivindicada como “ampla, geral e irrestrita”. Essa lei restituiu direitos políticos que haviam sido suspensos, possibilitou o retorno de vários exilados, a liberdade de presos políticos, em sua maioria torturados pelos agentes da ditadura, os quais também se beneficiaram da lei de anistia, haja vista que não foram condenados por seus crimes. Foi um ano marcado pela intensificação do retorno das lutas pela redemocratização e contestação da ditadura implantada no país, a qual foi marcada pela censura à liberdade de expressão, perseguição aos meios de comunicação, universidades, sindicatos e a cassação de direitos civis e políticos.

O ano de 1979 também é marcado pela reorganização da União Nacional dos Estudantes - UNE, com a realização do 31º Congresso, em maio, na cidade de Salvador, Bahia, tendo o objetivo de demarcar a reconstrução da entidade máxima do movimento estudantil. Em São Luís, capital do Estado do Maranhão, as manifestações estudantis de setembro de 1979 constituem, sem dúvida, um dos episódios mais marcantes da recente história política e social da localidade. A revolta estudantil que culminou na greve da meia passagem foi engendrada em um contexto de convulsão social, caracterizado pela alta inflação, arrocho salarial, conflitos de terras nas áreas rurais, carestia, falta de moradia e de alimentação na mesa da maioria dos maranhenses.

Com esse cenário, somava-se fatores nacionais e internacionais, tais como: uma série de aumentos de combustíveis derivados da crise mundial do petróleo; a repercussão das greves dos trabalhadores no ABC Paulista, a luta de setores estudantis para barrar a tentativa de taxaço nas universidades públicas e da ingerência norte-americana nas reformas educacionais do Brasil (Acordo MEC-USAID).

A Geração de 1979 conviveu com uma São Luís em franca metamorfose urbana. Impulsionada por um intenso êxodo rural, a cidade saltara de uma população de 158.292 habitantes, em 1960, para um total de 426.197 indivíduos, em 1979. E a grande parte é formada pela população estudantil, algo em torno de 32 a 35 mil alunos de 2º grau, ou cerca de 8% da população. No mesmo ano, o ensino superior, em São Luís, agregava um total de 9.776 alunos matriculados (2,3% da população), sendo 6.615 na Fundação Universidade do Maranhão (FUMA), 2.518 na Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), estadual, e 643 na municipal, estudando em 39 cursos – 27 na federal, 09 na estadual e 03 na municipal. É este o contingente que vai sacudir São Luís, em setembro de 1979, na maior mobilização popular de toda a história da cidade (Matias, 2004, p. 25).

Em todo o país a quantidade de estudantes crescia gradativamente, com abertura de novos cursos e a criação de Instituições de ensino público e privado. Muitos estudantes da cidade de São Luís participavam da chamada Juventude Católica, a qual propiciava uma formação política progressista, além dos padres cederem espaços para reuniões e apoio financeiro para confecções de materiais, como ocorreu durante o movimento pela meia passagem.

As manifestações estudantis na cidade de São Luís, durante a greve de 1979, ocorreram entre os dias 14 a 24 de setembro, considerando os dias iniciais dos protestos, os dias de efetiva paralisação no setor educacional do ensino superior e em escolas de 1º e 2º graus, com o fechamento do comércio e transporte público em razão do clima de insegurança. Essa revolta popular, liderada por estudantes universitários da UFMA, à época denominada de Fundação Universidade do Maranhão, e estudantes da FESM (Federação das Escolas Superiores do Maranhão, atual UEMA), teve efetiva participação dos estudantes secundaristas e setores populares.

Os primeiros registros legais do atendimento às reivindicações estudantis pela meia passagem datam da promulgação da Lei nº 807, de 08 de agosto de 1957, que estabelecia o “abatimento de 50% nas tarifas aos estudantes que apresentarem carteira fornecida por entidade estudantil considerada de utilidade pública por lei municipal” (Matias, 2004, p. 20). Essa lei, que também garantia abatimento para os estudantes nas tarifas de estádio de futebol, cinema e teatro, na prática nunca foi muito respeitada, chegando a cair em desuso por muitos anos.

A luta pelo direito à meia passagem foi uma bandeira constante do movimento estudantil, destacando-se especialmente no período entre 1977 a 1979. Em 1977, um manifesto foi publicado nos principais periódicos locais, marcando o início dessa reivindicação. No ano seguinte, uma campanha de abaixo-assinado obteve cerca de 35 mil assinaturas em apoio ao restabelecimento desse direito.

Essa demanda ganhou relevância devido ao impacto significativo das tarifas de transporte no orçamento das famílias de baixa renda e das camadas médias urbanas. Os jornais da época relatavam que o custo do transporte em São Luís podia chegar a CR\$ 9,50, dependendo da distância, sendo que para os bairros mais centrais a tarifa mínima era de CR\$ 2,50.

Conforme Abrantes e Santos (2021) o ápice desse movimento ocorreu em 1979 com a Greve, que teve momentos marcantes, como o início no campus da UFMA em 14 de setembro, confrontos entre manifestantes e forças policiais nos dias 17 e 18 de setembro, e a assembleia no Estádio Nhozinho Santos em 19 de setembro, onde foi determinado um prazo de

05 dias para uma resposta do Governador sobre a meia passagem, culminando na festa da vitória em 24 de setembro na Praça Deodoro da Fonseca.

A temática a ser desenvolvida tratará da problematização das representações do Movimento pela meia passagem (1977-1980), em São Luís, bem como da sua consolidação como um marco de resistência nos periódicos locais. Em vista disso, objetiva-se a análise da repercussão e a construção da luta em prol da meia da passagem, através da circulação de notícias pelos canais midiáticos. Vale enfatizar que além dos periódicos serão utilizadas fontes historiográficas, como: produções monográficas, artigos e livros.

Objetiva-se analisar o movimento pela meia passagem, em São Luís, através das páginas do *Jornal do Povo* e do *Imparcial*. A análise incidirá no período entre 1977-1980, sendo este compreendido entre o manifesto publicado nos principais periódicos locais, perpassando pela eclosão da greve até a comemoração do primeiro ano de direito conquistado. A coleta dessas fontes jornalísticas deu-se pelo mapeamento e registro fotográfico do acervo documental física da Biblioteca Pública Benedito Leite.

No que tange a metodologia e fontes a pesquisa em registros jornalísticos é essencial para a compreensão das representações sobre o movimento pela meia passagem, em São Luís. Os periódicos locais constituíram-se como a pedra angular para a construção da chamada opinião pública.¹

Os jornais integram-se a toda uma escala de valores culturais de sua época na medida em que têm como uma das suas finalidades a difusão e expressão dos acontecimentos, tornando-os públicos. Portanto, eles engajam-se nas mudanças ocorridas na sociedade. Eles noticiam assuntos que refletem, de uma forma ou de outra, os interesses dos leitores (Machado, 2015, p. 453)

A metodologia será pautada na análise das representações sobre o movimento pela meia passagem com sua arquitetura, desenvolvimento, desfecho e consolidação como um marco de memória.

Os periódicos a serem analisados ao fazerem o registro da percepção que os homens de seu tempo tinham da realidade, constituem num importante material de análise para os historiadores [e demais pesquisadores], visto que se trata da reflexão de personagens que viveram e sentiram tal acontecimento,

¹ “[...] a chamada opinião pública é uma expressão polissêmica – e polêmica. Ou seja, a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral. Considera-se, em geral, que opinião pública remete a um vocabulário político que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos. Essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no seio da esfera pública. [...] essa opinião pública tinha dois sentidos básicos na época de seu surgimento. Ou era vista como ‘rainha do mundo’, fruto da elaboração dos sábios ilustrados e enciclopedistas, como soberania da razão. Ou então, afirmada como resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressava através da participação de setores da sociedade em organizações políticas.” (Morel, 2008, pp. 33-34).

revelando ainda as situações mais diversas da sociedade, como seus usos e costumes e questões relativas à política e à economia (Pereira, 2007, p. 78)

Dessa forma, a investigação hermenêutica das fontes jornalísticas estará pautada na análise do discurso em diferentes linguagens, isto é, escritos e imagens. Trata-se de compreender aquilo que está sendo manifestado assim como as suas ocultações. O que levará a problematizar as motivações de publicizar uma matéria jornalística, além do destaque de um dado acontecimento.

Assim sendo, os “[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos [...]” (Luca, 2011, p. 140). Logo, é de fundamental importância a análise dos elementos explícitos, implícitos e a materialidade dos periódicos, além do grupo a qual mantém vínculos.

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: **as funções sociais desses impressos.** A bibliografia sobre a História da imprensa tem insistido nas diferenças entre folhas, gazetas, pasquins e jornais da maior parte do século XIX, não raro produto de um único indivíduo que arcava com os custos envolvidos para se valer da palavra impressa como instrumento de combate. (Luca, 2011, pp. 133-134).

Dessa forma, a problematização dos periódicos, por meio da análise do discurso, é uma forma de percepção do meio inserido, com seus valores, representações e construções sociais. Portanto, é uma fonte essencial para a compreensão do movimento pela meia passagem.

Também ressaltamos que a análise estará pautada teoricamente nos ideários da dimensão da História Política Renovada, liderada pela terceira geração dos Annales, por meio da interdisciplinaridade com outros campos. Como sintetiza o professor Francisco Falcon:

Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e suas conexões com as práticas sociais [...]. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder (Falcon, 1997, p. 76).

Em vista disso, a renovação da história política passou a se interessar pelas relações de poder e uma história dos excluídos ou vista de baixo, como atesta José D’Assunção Barros:

A **História Política** passou a se interessar pelo “poder” nas outras modalidades (que incluem micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações etc.). A **Nova História Política** passou a abrir espaço para uma “**História vista de baixo**”, ora **preocupada com as grandes massas anônimas**, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. (Barros, 2004, p. 87 grifos nossos)

Assim, a discussão conceitual estará permeada na clarificação das categorias-chaves de: cultura política, representação, movimento social e memória.

O conceito de cultura política possui uma longa trajetória e uma série de significações. Sendo a formulação de Serge Berstein (1998) uma das mais utilizadas. Para este autor “a cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (Berstein, 1998, p. 350). Para Serge Berstein a cultura política possibilita ajustes de formas mais eficientes a complexidade humana diante das relações de poder, os atos políticos e suas motivações, levando em consideração o papel desempenhado pelas representações como elemento condicionador de uma determinada cultura política.

As culturas políticas nascem em um momento de crise, como resposta a uma dada conjuntura. Sua difusão se dá por canais convencionais como a família, a escola, o exército, os partidos, os locais de trabalho, os sindicatos e a mídia. No entanto, estas instituições não agem por doutrinação. A ação é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais resultante do que uma mensagem unívoca (Berstein, 1998, p. 357).

Outro aspecto a mencionar no que diz respeito ao tema e a forma como será tratado são as representações, que para Roger Chartier (1990, p. 17) diz respeito: “às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categoriais fundamentais de percepção e de apreciação do real”. Trata-se de perceber as visões perpassadas pelos periódicos sobre a greve pela meia passagem e abordá-la de duas dimensões distintas e complementares: representações e ações. Analisa-se por um lado o ideário e o imaginário e, por outro lado, a estruturação e a organização do movimento.

Já os movimentos sociais são atores essenciais na busca pela inclusão e na discussão de temas relacionados à igualdade, justiça e direitos humanos. Conforme Dos Santos e Barbosa (2022), eles emergem de grupos marginalizados, minorais étnicas, LGBTQ+, estudantes e outras comunidades que almejam transformações sociais positivas.

Segundo Laval et al (2019), os movimentos sociais têm como objetivo primordial desafiar as desigualdades existentes, reivindicar o reconhecimento de direitos e influenciar a formulação de políticas públicas que promovam a inclusão e a equidade. Eles se configuram como espaços de organização, mobilização e conscientização, onde indivíduos se unem para enfrentar questões sociais como discriminação, pobreza, acesso à educação, moradia, saúde. Tal como ocorrido no movimento pela meia passagem que por meio da opinião pública sensibilizou a sociedade, desafiou o status quo e questionou as estruturas de poder.

No que tange ao conceito de memória, conforme Bosi (1994) deriva do verbo lembrar-se, ou sejam trazer para o presente algo do passado, um acesso ao passado por meio da percepção e da experiência do presente.

A memória permite a relação com o corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência (Bosi, 1994, p. 46-47)

Nesse sentido, conforme as experiências vividas, o indivíduo pratica uma conciliação entre aquilo que é lembrado e aquilo que é esquecido no momento de formação de uma memória. Logo, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” (Pollak, 1992, p. 203).

Partindo da perspectiva do pensador Pollak (1992), sobre a memória e seus efeitos na coletividade, que define os elementos constitutivos da memória, quer seja individual ou coletiva. O primeiro elemento são os acontecimentos vividos pessoalmente ou por proximidade, pelo grupo ou coletividade à qual o sujeito se sente pertencente. O segundo componente é constituído pelas pessoas ou personagens. E o terceiro diz respeito aos lugares, ou sejam aqueles que estão ligados à alguma lembrança, os quais servem de base para a relembração de um período ou situação vivenciada.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 204).

A memória ao definir o que é comum, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e de relações sociais e culturais.

O trabalho é organizado em três capítulos que abordam aspectos essenciais do movimento pela meia passagem. O primeiro capítulo foca na Ditadura Militar, explorando a instauração do regime e eventos marcantes, como a Passeata dos Cem Mil e o Ato Institucional nº. 05. O fechamento da UNE a abertura gradual do regime, incluindo os Pacotes de abril e novembro, contextualizado juntamente em um cenário de luta pela Anistia.

No segundo capítulo, o destaque recai sobre o Movimento Estudantil no Brasil, com ênfase na análise específica do cenário no Maranhão e nas relações entre o Movimento Estudantil e a Igreja Católica, explorando colaborações e tensões.

O terceiro capítulo explora o movimento pela meia passagem entre 1977 a 1980, detalhando sua preparação, a origem da demanda e eventos-chave. O capítulo encerra-se com uma reflexão sobre os marcos de memória em 1980.

01 - O REGIME MILITAR NO BRASIL

O Regime Militar no Brasil foi um período autoritário que tem seu início em 1964, com o golpe militar, e durou até 1985. Caracterizou-se pela supressão de direitos civis, censura, repressão política e violações dos direitos humanos. O seguinte capítulo busca problematizar esse período da História Brasileira, desde a sua instauração até o contexto de abertura, perpassando pelo fechamento da UNE, a repressão e a conscientização e luta da sociedade em prol da Anistia.

1.1 – Instauração e recrudescimento do Regime Militar

O governo de João Goulart propunha as Reformas de Base, especialmente a Reforma Agrária, o que gerou repercussões em todo o país, especialmente após um comício em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro. Jango comprometeu-se com essas reformas, sendo esse evento considerado por muitos historiadores como o ponto de partida para uma reação política que resultaria na queda do governo e no fim da experiência democrática iniciada em 1945 (Santos, 2013).

Conforme Santos (2013), em resposta ao comício, setores conservadores organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade em várias cidades brasileiras. A primeira, em São Paulo, em 19 de março, reuniu cerca de quinhentas mil pessoas. No Rio de Janeiro, em 2 de abril, aproximadamente um milhão de pessoas participaram da marcha, evidenciando a força de setores médios da sociedade civil contrários às Reformas de Base.

O golpe de 1964 representou a conclusão de um projeto de longo prazo destinado a derrubar o trabalhismo, que defendia o desenvolvimentismo econômico e o bem-estar social. João Goulart, conhecido como Jango, era um político gaúcho que ascendeu na política nacional durante a década de 1950. Sua presidência, iniciada em 1961, foi marcada por tensões devido às Reformas de Base, projetos estruturais que visavam reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento, especialmente a reforma agrária.

As Reformas de Base geraram insatisfação, principalmente entre grandes proprietários de terra. A relação de Jango com trabalhadores e sindicatos foi interpretada como tendência comunista, especialmente durante a Guerra Fria. Isso aproximou militares, elites econômicas brasileiras e o governo dos Estados Unidos, resultando em uma conspiração contra o presidente (Martins Filho, 2003).

O governo de Jango enfrentou dificuldades políticas, sendo percebido como hesitante e incapaz de angariar apoio para a reforma agrária. Isolado politicamente, tentou uma

abordagem mais à esquerda em março de 1964, anunciando seu compromisso com as Reformas de Base. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com cerca de 500 mil participantes em São Paulo, indicou o desgaste de seu governo, culminando no golpe (Capelato, 2019).

Em 31 de março de 1964, militares em Juiz de Fora iniciaram uma rebelião, que se espalhou para o Rio de Janeiro e Brasília. Em 2 de abril, senadores declararam a presidência vaga, consolidando o golpe. Ranieri Mazzilli assumiu interinamente, e em 9 de abril, o general Humberto Castello Branco tornou-se o primeiro presidente militar da ditadura. O Ato Institucional nº. 1, que impôs medidas autoritárias, foi outorgado pelos militares (Capelato, 2019).

O golpe militar de abril de 1964 ganhou impulso. Segundo Brito (2008), o golpe de 1964 é frequentemente caracterizado como “civil-militar²” devido à articulação entre militares e civis. A conspiração envolveu civis, como parlamentares, ratificando o golpe, mesmo sendo ilegal conforme a Constituição de 1946.

Durante os 21 anos da Ditadura Militar no Brasil, o país teve cinco presidentes militares, todos eleitos indiretamente, sem a participação direta da população no processo de escolha. Esse aspecto peculiar, de ter “presidentes” em vez de um ditador único, reflete a intenção dos militares de apresentar uma imagem de normalidade, dando a impressão de que o país era governado democraticamente (Brito, 2008).

No entanto, por trás dessa fachada de normalidade, a oposição era perseguida e a liberdade era cerceada. O jornalista Elio Gaspari chegou a descrever a ditadura como uma “ditadura envergonhada”, pois embora fosse autoritária, tentava mascarar seu autoritarismo para se apresentar como democrática (Gaspari, 2002)

Os cinco presidentes durante esse período foram: Humberto Castello Branco (1964-67); Artur Costa e Silva (1967-69); Emílio Médici (1969-74); Ernesto Geisel (1974-79); João Figueiredo (1979-85). A Ditadura Militar foi marcada por repressão dos direitos civis e políticos, concentrando o poder nas mãos dos militares. A Doutrina de Segurança Nacional foi utilizada como justificativa para reprimir qualquer pessoa considerada uma ameaça à segurança nacional, com base em quatro princípios norteadores: anticomunismo, nacionalismo, desenvolvimento econômico e a ordem e segurança interna.

Esses princípios foram utilizados para justificar uma série de violações dos direitos humanos e políticos durante o regime militar, como: prisões arbitrárias, sequestros, cassações,

² O termo foi apresentado pela historiografia para realçar que o golpe e o regime instaurado não foram uma mera ação das Forças Armadas, mas teve uma abrangente participação de setores da sociedade civil que participaram ativamente.

invasões de propriedades, tortura, assassinatos e desaparecimentos de cidadãos. A legislação jurídica foi moldada pelos Atos Institucionais, decretos com poder de lei que permitiam a atuação autoritária dos militares. Foram promulgados dezenove Atos Institucionais ao longo da ditadura, sendo o AI-5 o mais rígido e responsável por iniciar o período mais repressivo.

Esses atos possibilitaram cassações de mandatos políticos, alterações na constituição, cassações de direitos políticos, restrições ao direito de voto, fechamento de partidos políticos, intervenção em governos estaduais e municipais, entre outras medidas autoritárias.

A repressão também atingiu o pensamento livre, com a proibição e censura de centenas de livros e o monitoramento das Universidades, onde agentes do governo eram infiltrados para controlar as atividades. No cenário político, houve uma grande restrição ao sistema, com a substituição de todos os partidos pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo o primeiro o partido dos militares e o segundo atuando como oposição consentida (Coggiola, 2001).

A tortura foi uma das práticas mais terríveis e horrendas cometidas durante a Ditadura Militar no Brasil, sendo uma forma de perseguir e reprimir violentamente os opositores do regime. Essa prática também atingia pessoas que não tinham envolvimento direto com a ditadura, como filhos de presos políticos que eram torturados na tentativa de obter informações ou denúncias de seus pais (Coggiola, 2001).

A tortura não se limitava apenas aos aspectos físicos, envolvendo também tortura psicológica. Presos políticos eram mantidos em solitárias por dias, sofriam ameaças de prejudicar seus familiares e, em alguns casos, seus filhos eram utilizados como instrumento de pressão pelos militares.

Apesar dos 21 anos de regime autoritário, os militares enfrentaram forte oposição na sociedade brasileira. Essa oposição manifestou-se em diferentes áreas, incluindo política, arte, esporte, entre outras. Desde o início do regime, houve manifestações contra os militares, muitas das quais foram reprimidas de maneira violenta. O ciclo de 1964 a 1968 ficou marcado por grandes manifestações de estudantes e trabalhadores, com eventual destaque para a “Passeata dos Cem Mil”, uma manifestação no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, que contou com a participação de estudantes, intelectuais, trabalhadores e diversos setores da sociedade civil.

Esse episódio foi um marco na resistência popular contra o autoritarismo vigente na época. A passeata expressou o descontentamento generalizado com as políticas do governo

militar e fortaleceu o movimento de oposição, marcando um período de intensificação das manifestações contra o regime.

A repressão aos protestos e a resistência popular foram elementos fundamentais que moldaram o contexto político e social da época, culminando em uma série de eventos que marcaram a história do Brasil durante os anos de chumbo da Ditadura Militar.

Nesse contexto, também ocorreu uma oposição política, destacando-se a Frente Ampla, movimento criado por Carlos Lacerda, inicialmente apoiador do golpe de 1964, que se voltou contra os militares quando seus interesses políticos foram frustrados. A Frente Ampla, que exigia o retorno da democracia, foi proibida de funcionar em 1968 (Alves, 2005).

O endurecimento do regime e a falta de espaço para a manifestação de insatisfação levaram alguns grupos a optarem pela luta armada como forma de resistência. Destacam-se nesse contexto nomes como Carlos Marighela e Carlos Lamarca. No entanto, a intensa repressão da ditadura fez com que os movimentos armados desaparecessem em poucos anos (Natalino, 2010).

Segundo Natalino (2010), foi a partir do governo de Ernesto Geisel que teve início um processo de distensão política no Brasil. Contudo, os militares não estavam buscando uma abertura democrática plena, mas sim uma abertura controlada. A intenção era que o governo fizesse algumas concessões, consolidando governos alinhados aos interesses militares nos anos subsequentes.

A tentativa de abertura democrática da ditadura falhou; pois, as concessões realizadas geraram grande reação na população brasileira, intensificando a luta por um regime verdadeiramente democrático em todo o país. Além disso, a má situação econômica minou parte significativa da base de apoio dos militares. Mesmo assim, houve resistência por parte de setores militares.

Essa resistência manifestou-se por meio de grupos que se opunham ao relaxamento do regime. Um exemplo simbólico foi o Atentado do Riocentro em 1981, quando militares tentaram realizar um atentado à bomba durante eventos de comemoração ao Dia do Trabalhador. O incidente resultou em uma explosão acidental, causando a morte de um dos envolvidos (Natalino, 2010).

As primeiras medidas da abertura incluíram a revogação do AI-5, o decreto de Anistia, perdoadando crimes políticos cometidos durante a Ditadura Militar (até 1979), e a permissão para a criação de novos partidos políticos. Surgiram assim cinco novas agremiações: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) — evolução do MDB; Partido

Democrático Social (PDS) — evolução do Arena; Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O insucesso da abertura controlada dos militares consolidou-se durante o governo de João Figueiredo. A mobilização popular resultou na conquista do direito de eleger governadores em 1982. Entre 1983 e 1984, a população brasileira engajou-se na Campanha das Diretas Já, exigindo o retorno do direito de escolher o presidente do país, que não ocorria desde 1960.

Apesar do fracasso da campanha, a eleição indireta de 1985 ocorreu, com Paulo Maluf como candidato dos militares e Tancredo Neves como candidato da oposição. A eleição de Tancredo Neves e seu vice, José Sarney, marcou o fim da ditadura militar e o início de um novo período democrático na história brasileira.

1.2 – O fechamento da UNE e a repressão

Em 1964, após a tomada de poder pela ditadura militar brasileira, um dos primeiros atos do golpe foi a invasão e incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), localizada na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro.

O então ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda, apresentou um projeto de lei para retirar a representação estudantil. Através da Lei 4.464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, sancionada pelo general presidente Castelo Branco, a UNE perdeu o direito de organização e foi forçada a atuar na ilegalidade.

A lei visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes quanto a verbas e orientação (Poerner, 1979, p. 211-212)

Durante a ditadura, a UNE continuou existindo clandestinamente, enfrentando perseguição e repressão. Mesmo sob essas condições adversas, a organização participou de passeatas e manifestações, clamando por democracia, liberdade e justiça.

A estrutura organizacional da UNE inclui o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), que reúne os diretórios acadêmicos (DA's) e centros acadêmicos (CA's) em todo o Brasil; o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), que agrega os diretórios centrais de estudantes (DCE's) e executivas nacionais de cursos; e o Congresso da UNE (CONUNE).

Na época de maior domínio militar, a União Nacional dos Estudantes (UNE),

representando o Movimento Estudantil, teve participação na oposição ao autoritarismo e na busca pela liberdade democrática. Juntamente com as Uniões Estaduais Estudantis (UEE's), a UNE foi colocada na ilegalidade após o incêndio causado por participantes do movimento militar, forçando-a a atuar clandestinamente a partir de 1966. Nesse período, todas as organizações estudantis foram submetidas ao controle do Ministério da Educação (MEC), resultando em qualquer atividade estudantil contrária à Ditadura sendo monitorada pelo Estado.

Diante da repressão intensificada sobre passeatas e organizações estudantis, os estudantes sentiram-se cada vez mais motivados a resistir à opressão e violência da Ditadura. Com esse respaldo estudantil, a UNE decretou a segunda greve geral e designou o dia 22 de setembro como o Dia Nacional da Luta contra a Ditadura. Em 1968, a terceira greve geral estudantil, promovida pela UNE, focalizou-se na morte do estudante Edson Luís Lima Souto³, ocorrida no fechamento do restaurante Calabouço

A manhã chegou sem que a multidão tivesse arredado o pé. Ao contrário, a massa humana crescia e se espalhava pelas imediações da Assembleia. Populares desfilavam diante do corpo. A tarde encontrou, segundo estimativa da equipe de reportagem do Correio da Manhã centenas de milhares de pessoas na Cinelândia. E foi essa multidão que formou o cortejo – comparável ao séquito fúnebre de Getúlio Vargas, em agosto de 1954 – para acompanhar Edson Luís de Lima Souto ao seu túmulo, no Cemitério de São João Batista. Coberto pela Bandeira Nacional, o caixão desceu as escadarias da Assembleia sob os acenos de milhares de lenços brancos. [...] Quando o corpo baixou à sepultura, as mais de 50 mil pessoas que lograram acesso ao interior da necrópole ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: ‘Neste luto, começou a lutar’. (Poerner, 1979, p. 266)

Esse evento posteriormente desencadeou a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, bem como outros movimentos resultantes dessa tragédia e o Movimento Estudantil cresceu exponencialmente com o apoio de diversos setores da sociedade civil.

Porém, devido à implementação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5) em dezembro de 1968, houve uma mudança na abordagem dos estudantes manifestantes da UNE. Com muitos deles presos ou exilados em decorrência desse decreto, a UNE passou a atuar de maneira mais discreta, como exemplificado por eventos como uma missa em homenagem aos dois anos da morte do estudante Edson Luís.

Muitos estudantes e membros da entidade foram vítimas de tortura, prisão e assassinato. Em 1968 as punições tornaram-se ainda mais severas, marcando um período de

³ Em 28 de março de 1968 foi assassinado pela polícia militar com um tiro a queima roupa no peito, no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro, durante um protesto estudantil contra a alta do preço da refeição. O restaurante era bastante popular, pois oferecia comida barata para estudantes de baixa renda. O seu assassinato marcou o início de um período turbulento de intensas mobilizações contra o regime militar.

intensa censura e repressão durante a ditadura militar no Brasil.

À medida que a ditadura enfraquecia ao longo dos anos, em 1979, a UNE realizou um congresso para sua reestruturação. Suas reivindicações incluíam recursos para as universidades, defesa do ensino público e gratuito, bem como a libertação dos estudantes presos no Brasil.

1.3 – Abertura lenta, gradual e segura do regime militar e a luta pela Anistia

No final da década de 1979, marcada pela abertura controlada de Ernesto Geisel, diversos atores buscavam ampliar o espaço político através da resistência e luta democrática contra a ditadura. Além dos interesses militares que orientavam a saída gradual dos militares do poder era crucial considerar as demandas de outros grupos atuantes na esfera pública.

De acordo com Araújo (2007), destacaram-se o MDB, liderado por Ulysses Guimarães; o movimento estudantil, que reconstruía suas entidades e lutava pelas liberdades democráticas; a Igreja Católica, com a atuação de segmentos como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e figuras como D. Adriano Hipólito e D. Paulo Evaristo Arns; a imprensa alternativa, denunciando as arbitrariedades do regime; associações de profissionais liberais, com destaque para OAB; e grupos como o Movimento Negro Unificado e o Movimento contra a Carestia, todos resistindo ao regime.

A bandeira da anistia, como movimento organizado, uniu estudantes, intelectuais, lideranças de esquerda, e uma rede de solidariedade no exterior. As mulheres desempenharam um papel crucial, liderando a busca por informações sobre presos e desaparecidos. Em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi criado, fortalecendo a rede de solidariedade entre as famílias.

Em 1º de abril de 1977, o Brasil testemunhou a suspensão do Congresso Nacional, promovida pelo presidente da República, General Ernesto Geisel, por meio da reativação do Ato Institucional 5 (AI-5), que não era utilizado desde 1969. Duas semanas após esse episódio, Geisel anunciou um conjunto de medidas conhecido como Pacote de Abril, composto por uma emenda constitucional e seis decretos, culminando na reabertura do Congresso.

O principal objetivo do pacote era conferir ao partido governista, a Arena, o controle do Legislativo. Isso foi alcançado por meio do aumento das bancadas do Norte e do Nordeste na Câmara dos Deputados, juntamente com a eleição indireta de um terço dos senadores. Esses senadores seriam escolhidos por um colégio eleitoral composto por deputados das assembleias legislativas e delegados das câmaras municipais.

Ernesto Geisel, o quarto presidente militar dos cinco que governaram o Brasil após 1964, assumiu a presidência em 1974, prometendo guiar o país para a redemocratização por meio de uma “abertura lenta, gradual e segura”. No entanto, o resultado surpreendentemente positivo do partido de oposição, o MDB, nas eleições legislativas do mesmo ano, colocou os militares em estado de alerta.

O ponto de ruptura ocorreu com a rejeição, pelo Senado, da proposta de reforma do Judiciário. Essa iniciativa encontrou resistência do MDB, e a Arena não possuía os dois terços de votos necessários para emendar a Constituição. Geisel enfrentou um contexto adverso. Nas Forças Armadas, ele precisava reconciliar facções antagônicas, sendo uma delas favorável ao endurecimento do regime. Além disso, a situação econômica também era delicada, uma vez que o “milagre econômico⁴” que sustentou o governo Médici transformou-se em recessão, agravada pela crise internacional do petróleo.

Do ponto de vista político, os resultados das eleições de 1974 indicavam que Geisel teria desafios no Legislativo. Na Câmara, o MDB conquistou 44% das vagas, e no Senado, obteve 16 das 22 cadeiras em disputa (um terço das vagas). As medidas do pacote começaram a ser revogadas em 1980, quando o Congresso aprovou uma emenda restabelecendo as eleições diretas para governador e eliminando a escolha indireta de senadores.

A partir de 1978, com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA's), a demanda pela anistia se intensificou, incluindo a localização dos desaparecidos, a denúncia das condições dos presos políticos e a responsabilização pelos crimes do regime. A aprovação da Lei de Anistia em 1979 não encerrou as atividades dos CBA's, que continuaram questionando publicamente a lei.

A partir de fevereiro de 1978, começam a proliferar, em todo o país, Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA's) que lançam uma campanha por Anistia ampla geral e irrestrita, defendem os presos políticos que reagem às duras condições carcerárias com repetidas greves de fomes, e ainda sistematizam denúncias sobre torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos (Moreira, 2010, p. 276).

A mobilização de segmentos específicos da sociedade, combinada com o desgaste interno resultante das políticas econômicas do regime militar, desencadeou um processo complexo de abertura e distensão. Esse cenário culminou na promulgação da Lei de Anistia,

⁴ Um período de crescimento econômico, durante a década de 1970, com elevação acentuada do Produto Interno Bruto (PIB), aceleração da industrialização e aumento do consumo. Entre os fatores que contribuíram para esse “milagre” foram: investimento em infraestrutura, política de substituição de importações, entrada de capital estrangeiro e endividamento externo. Apesar do crescimento aparentemente impressionante, o milagre econômico teve como consequências negativas o aumento da desigualdade social e a concentração de renda. Além disso, o modelo econômico adotado mostrou-se insustentável a longo prazo, desembocando em uma crise.

que tinha como objetivo reverter as punições aplicadas a cidadãos brasileiros considerados criminosos políticos no período entre 1961 e 1979 sob o regime militar.

A sociedade durante a transição democrática não pode ser retratada como unânime na resistência. Entre apoiadores do regime e militantes armados, vários pactos foram criados. A construção retrospectiva da sociedade como alheia ao que acontecia é uma reflexão difícil diante de um passado recente. Daniel Aarão Reis (2000) destaca três deslocamentos de sentido: a ressignificação das ações dos que pegaram em armas, a ampla base de apoio ao regime e a construção da figura da anistia recíproca pelos simpatizantes da ditadura.

O ano de 1979 desempenhou um papel crucial para os defensores da anistia, mas também para aqueles que viam a anistia ampla, geral e irrestrita como uma bandeira de setores considerados “revanchistas” ou “maus cidadãos” que não buscavam a reconciliação nacional. Esse ano foi decisivo devido às mudanças no cenário político, marcadas pelo fim do AI-5 e da censura. Tornou-se evidente nas ruas e no Congresso o embate entre a anistia ampla, geral e irrestrita e a anistia parcial.

Durante 1979, o regime civil-militar percebeu a necessidade de mudar seu discurso, reconhecendo a existência de um movimento articulado em torno de diversas demandas, incluindo custo de vida, reivindicações estudantis, movimento grevista, questões raciais, e principalmente a bandeira da anistia, que agregava esses setores.

Os movimentos pela anistia, especialmente após a formação dos CBA's, intensificaram a pressão sobre o governo para abordar a questão. Enquanto a anistia foi discutida de maneira tímida durante o mandato de Ernesto Geisel, o governo de João Figueiredo, que assumiu em março de 1979, já indicava a possibilidade de criar um projeto de lei, embora não estivesse alinhado com a demanda por uma “anistia ampla, geral e irrestrita”.

As diretrizes sobre como os agentes deveriam lidar com os movimentos de oposição ao regime foram difundidas entre a comunidade de informações e segurança, ao mesmo tempo em que os protestos nas ruas ganhavam força. Em 1979, especialmente para os envolvidos na luta pela anistia, o ano foi marcado pelo fortalecimento do movimento, com manifestações em várias cidades brasileiras, atraindo milhares de pessoas. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo foram palco de eventos em solidariedade aos presos políticos e pela anistia ampla, geral e irrestrita.

A partir de junho de 1979, o governo indicava a possibilidade de elaborar um projeto de lei, e os movimentos pela anistia intensificavam a pressão para a aprovação de uma legislação que atendesse às suas demandas, especialmente garantindo a liberdade para os presos

políticos, que naquele momento estavam em greve de fome. Em 27 de junho de 1979, João Figueiredo enviou ao Congresso Nacional uma mensagem em que afirmava:

A anistia é um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática. A anistia reabre o campo de ação política, enseja o reencontro, reúne e congrega para a construção do futuro e vem na hora certa (Resende, 2014, p. 42).

A análise dos trabalhos da Comissão Mista (Congresso Nacional, 1982) é essencial para entender os debates e a redação posterior do texto final da Lei de Anistia. Em 22 de agosto de 1979, durante um Congresso que incluía a presença de senadores biônicos⁵, a proposta de anistia da oposição, elaborada pelo MDB, foi votada e derrotada por 209 votos contra 194. No mesmo dia, a emenda Djalma Marinho (Arena), que buscava uma abrangência maior para o projeto de lei, também não conseguiu ser aprovada no Congresso, sendo derrotada por uma pequena margem de votos: 206 contra 201 (Bauer, 2012). Mesmo com essa pequena diferença na contagem de votos, a Lei n. 6.683 foi aprovada em 28 de agosto de 1979, estabelecendo:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamentos em Atos Institucionais e Complementares. § 1º Consideram-se conexos, para efeitos deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. § 2º Exceção-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. (BRASIL, 1979).

O primeiro parágrafo da Lei, ao conceder anistia aos "crimes conexos", acabou por estabelecer uma relação de conexidade inexistente entre os crimes cometidos por civis e aqueles perpetrados pelo Estado. Isso levou à interpretação de que a anistia teria sido recíproca ao perdoar tanto os torturadores quanto as vítimas do regime.

No entanto, argumentou-se que não se poderia encontrar equivalência de causas ou

⁵ Segundo Sprandel (2015) os cargos biônicos são aqueles cujos titulares foram investidos mediante a ausência de sufrágio universal e cujo parâmetro para escolha era a sanção das autoridades de Brasília à época do Regime Militar de 1964 nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Tal centralismo garantiu a continuidade do regime e impediu que os objetivos traçados pelos militares fossem alvo de sedições políticas. O termo "biônico" foi popularizado no Brasil graças ao seriado O Homem de Seis Milhões de Dólares. A partir de 1966 surgiram os governadores biônicos, prefeitos biônicos em certas categorias de municípios e até senadores biônicos. No caso dos senadores o termo "biônicos" derivou também do Pacote de Abril de 1977 que alterou as regras para o pleito de 1978. Nele, cada estado escolheria um nome pela via indireta na renovação de dois terços das cadeiras mediante votação de um colégio eleitoral, o que deu à ARENA 21 das 22 cadeiras em jogo impedindo a repetição da rotunda vitória do MDB em 1974.

motivações entre o ato de desafiar o sistema político em vigor (crime político) e o ato de reprimir (crime de tortura e desaparecimento forçado), uma vez que o primeiro buscava mudanças, enquanto o segundo visava manter o status quo, agindo de acordo com os interesses que pretendia preservar.

O projeto governamental não marcou o encerramento das discussões sobre o tema por vários motivos: em primeiro lugar, por não abranger todos os presos políticos, como aqueles envolvidos nos chamados “crimes de sangue”, libertados apenas devido a reformulações na Lei de Segurança Nacional; além disso, os movimentos que buscavam a anistia ampla, geral e irrestrita não ficaram totalmente satisfeitos com a maneira como o projeto foi aprovado.

A aprovação da Lei de Anistia, portanto, não marcou o fim das demandas não apenas pela ampliação dos termos da lei, mas também pelo dismantelamento do aparato repressivo, pelo esclarecimento dos casos de mortes e torturas, pela revogação das leis repressivas e pela retirada dos militares do poder. Isso porque, na perspectiva dos movimentos que lutavam pela anistia, a repressão do regime, especialmente contra os movimentos populares, continuava ativa. No entanto, algumas realizações, como o repatriamento dos exilados, a libertação da maioria dos presos políticos devido à revisão das penas e o surgimento de novos partidos, resultaram em uma redução gradual da influência dos Comitês Brasileiros pela Anistia.

A promulgação da Lei de Anistia (Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto 84.143 de 31 de outubro de 1979) não atendeu às expectativas e ao conjunto de demandas dos movimentos que buscavam uma anistia verdadeiramente ampla, abrangente e sem restrições. Em outras palavras, não proporcionou, de forma imediata, o retorno de todos os exilados por motivos políticos, a extinção das ações judiciais sob a competência da Lei de Segurança Nacional e a libertação imediata de todos os presos políticos. Formalmente, a Lei de Anistia abrangeu tanto os militares e agentes do Estado responsáveis pelas violações quanto os perseguidos políticos e vítimas dessas violações. Isso evidencia a característica notável de a Lei de Anistia ter funcionado como uma espécie de “autoanistia” (Fico, 2012).

Observa-se um elemento de grande importância na atuação da Comissão de Anistia no que diz respeito à transformação conceitual provocada para o complexo conceito de anistia. Inicialmente, quando a Lei de Anistia foi promulgada, havia uma associação do seu conceito à ideia de perdão e reconciliação nacional. No entanto, ao longo do tempo, essa concepção evoluiu, sendo reconhecida verdadeiramente como uma medida de justiça de transição.

02 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL

O movimento estudantil não foi algo limitado aos países “desenvolvidos” simplesmente porque surgiram na Europa; ao contrário, foram um fenômeno global, conforme Holzmann e Serra Pádro (2003, p.24): “não aconteceu em Paris, não aconteceu em Berlim, não aconteceu em Roma: aconteceu em todo o planeta”.

Esses movimentos universais apresentaram variações em intensidade, características e histórias de uma região para outra, refletindo a diversidade nacional, regional e étnica. Apesar dessas diferenças, compartilhavam algumas características comuns. Inicialmente, tratavam-se de movimentos protagonizados pela juventude universitária, predominantemente oriunda das classes médias.

Eles concentraram-se principalmente nas grandes cidades, que eram centros políticos e econômicos, como Paris, Berlim, Roma, Londres, Nova Iorque, México, São Paulo, Rio de Janeiro, Praga, entre outros. Por fim, a “causa” subjacente a esses movimentos era um contexto histórico geral comum, influenciado por fatores geopolíticos, como a Guerra Fria e a descolonização da Ásia e da África, e fatores socioeconômicos, como o significativo avanço da economia mundial no pós-Segunda Guerra Mundial e o surgimento das novas classes médias, mais associadas aos setores de serviços e técnicos.

A amplitude das preocupações do movimento estudantil, de acordo com Holzmann e Serra Pádro (2003), rapidamente transcendeu os limites das instituições acadêmicas, embora essa abordagem em direção à sociedade muitas vezes fosse marcada por “arrogância, elitismo, populismo e pretensão”. Não obstante, os movimentos estudantis demonstraram grande criatividade e ousadia em práticas que transformaram (mesmo que temporariamente) as dinâmicas de ensino, as interações cotidianas, as expressões artísticas e os valores.

Os movimentos estudantis, por si só, constituíram práticas de transformação social, servindo como exemplos a serem seguidos ou admirados por outros jovens e diversos segmentos sociais. Frente a essas iniciativas de transformação social promovidas pelos movimentos estudantis, as reações dos diferentes setores sociais foram diversas, oscilando entre o apoio entusiástico da população às manifestações estudantis e a aversão por parte dos adultos, chegando a caracterizar um autêntico “conflito de gerações” (Holzmann, Serra Pádro, 2003).

Nesse sentido, o envolvimento do movimento estudantil atuou em diversos momentos da construção histórica do Brasil. Destaca-se a importância do protagonismo dos jovens nesse movimento, proporcionando uma oportunidade de participação e engajamento político, por meio de ações coletivas que buscam objetivos políticos, sociais ou educacionais.

Historicamente, o movimento estudantil tem desempenhado um papel significativo em diversas lutas, principalmente na resistência contra os regimes autoritários. Este capítulo é segmentado em três partes que busca problematizar e historizar sobre o movimento estudantil no Brasil e no Maranhão e sua relação com a Igreja Católica.

2.1 – Movimento Estudantil no Brasil

O Movimento Estudantil constitui uma forma de engajamento político protagonizada por estudantes de diversas faixas etárias, predominantemente compostos por alunos do Ensino Médio e Universitários. Essa diversidade etária caracteriza o movimento, sendo que a participação pode estar, ou não, associada a partidos políticos. Isso implica que há movimentos estudantis vinculados a partidos políticos, tanto de orientação à esquerda quanto à direita, ao passo que também existem movimentos autônomos.

Em vista disso, nossa análise incidirá sobre o movimento estudantil universitário e sua influência como um ator político. Partindo desse pressuposto é necessário considerar algumas transformações que impactaram o sistema de ensino superior público no país. No final da década de 1950, observou-se um crescimento desse sistema com a criação de novas faculdades e universidades. Em um contexto de desenvolvimento, o acesso ao ensino superior passou a ser crucial para impulsionar a modernização e proporcionar oportunidades de mobilidade e ascensão social. A expansão do ensino superior resultou em um aumento progressivo na oferta de vagas, preenchidas majoritariamente por jovens oriundos dos estratos médios da sociedade.

Com o aumento do contingente de estudantes coincidiu também com o desenvolvimento e a consolidação de novas correntes políticas no ambiente universitário. Essas correntes emergentes tornaram-se predominantes e advogavam por ideologias vinculadas à esquerda marxista, ou seja, um projeto socialista de transformação da ordem social.

Muitas lideranças de organizações estudantis compartilhavam afinidade com essas ideias. As correntes de esquerda foram eficazes ao canalizar a crescente insatisfação da juventude diante das deficiências e desafios do sistema de ensino superior. Nos primeiros anos da década de 1960, a denominada “Reforma da Universidade” representou a luta mais significativa do movimento estudantil.

O golpe militar teve impacto significativo no movimento estudantil. A influência das correntes políticas de esquerda levou as autoridades militares a reprimir as lideranças estudantis e a desmantelar as principais organizações representativas. Inicialmente, a UNE foi

declarada ilegal. Novas organizações foram estabelecidas, e novos métodos de seleção de representantes foram adotados.

As frequentes tentativas das lideranças estudantis de recuperar o controle das organizações foram o principal catalisador de novas ondas de repressão política. Dessa forma, reivindicações educacionais, manifestações e protestos políticos contra o governo militar tornaram-se os principais métodos utilizados.

A UNE não apenas representava a unidade estudantil brasileira, mas também refletia uma transformação radical no desenvolvimento do movimento estudantil, à medida que suas reivindicações se tornavam mais abrangentes ao longo do tempo. Essa atuação marca o início de uma expansão das coalizões de estudantes universitários no Brasil, em paralelo ao progresso da UNE, ou seja, surgindo os movimentos estudantis.

Durante os primeiros anos da Ditadura Militar (1964-1984), os movimentos estudantis no Brasil se tornaram destacados focos de mobilização social. A força propulsora desses grupos residia em sua capacidade de envolver um número significativo de estudantes em torno de causas que impactavam a política nacional. Conforme Poerner (1979) essas organizações foram subdivididas em Uniões Estaduais de Estudantes (UEE's), Diretórios Centrais Estudantis (DCE's), Diretórios Acadêmicos (DA's), Centros Acadêmicos (CA's) e outras formas de descentralização da agenda

O surgimento desses movimentos estudantis ocorreu no ambiente universitário, onde os jovens costumam explorar novas ideias, debater opiniões e unir-se em torno de objetivos comuns. Por meio de encontros, festas, comitês e participação em passeatas, essas agremiações se formaram para discutir os rumos do país.

2.2 – Movimento Estudantil no Maranhão

O movimento estudantil possui um histórico marcado por diversas lutas, sendo a principal delas a defesa da educação. Este é um espaço fundamental que permite a atuação dos estudantes, contribuindo para sua formação humana e política ao instigá-los a participar ativamente no meio educacional e na sociedade em geral. A militância do movimento estudantil no Brasil é repleta de episódios que remetem às batalhas pela garantia da democracia, especialmente no âmbito educacional. Desta forma, é possível analisar a política educacional nas universidades por meio da memória desses importantes sujeitos históricos: os estudantes.

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1984), os estudantes secundaristas e universitários desempenharam um papel ativo nos movimentos de resistência, evidenciando sua

participação política tanto no meio educacional quanto em nível nacional. Na década de 90, como desdobramento desses movimentos, o país vivenciou um cenário de redemocratização no qual o movimento estudantil posicionou-se contra o neoliberalismo, lutando pela manutenção das universidades públicas ameaçadas de privatização. Esse processo incluiu um intenso sucateamento e regulamentação das atividades universitárias.

Conforme Silva (2013), durante esse período, a Universidade Federal do Maranhão também enfrentou desafios decorrentes do sucateamento da educação. Diversas entidades de representação estudantil estavam ativas naquela época, incluindo a União Nacional de Estudantes (UNE), reconhecida legalmente como a entidade máxima de representação dos estudantes pela Constituição Federal de 1988. Além disso, destacavam-se o Diretório Central Acadêmico, os Diretórios Acadêmicos (DA) e Centros Acadêmicos (CA).

Para abordar o tema do movimento estudantil é crucial compreender o ambiente em que ele se desenvolve e as dinâmicas de poder que o influenciam. Ao examinar a história da universidade é essencial contextualizá-la no ambiente em que está inserida, já que as expectativas em torno da universidade refletem as características de uma determinada época.

Portanto, qualquer análise sobre a universidade não deve começar isolando o “fenômeno universitário” sem considerar a realidade concreta. Pelo contrário, é necessário enquadrá-lo como parte de uma totalidade, como um componente de um processo social mais amplo e uma problemática geral do país (Fávero, 2006).

O estabelecimento de universidades no Brasil foi um processo tardio em comparação com outros países da América Latina. De acordo com Costa (2017), Portugal não permitia a criação de uma universidade no Brasil, ao contrário da América Espanhola, onde a ideia de universidade surgiu mais cedo. Durante o período colonial, não havia estímulo para a formação de universidades, pois era comum enviar os filhos das elites para estudar na Europa.

Mesmo sem a formação de um movimento estudantil organizado, observa-se que estudantes exerciam pressão para a criação do ensino superior no Brasil. Costa (2017) destaca a participação estudantil prévia à existência de universidades próprias no país, mencionando jovens que estudavam em conventos, colégios religiosos e aqueles que buscavam educação na Europa. Esses estudantes desempenharam um papel significativo na modificação do ensino no Brasil, trazendo consigo teorias, intelectuais e modelos educacionais europeus quando retornavam ao país.

Poerner (1979) aborda o histórico da militância estudantil, delineando a história da educação por meio desses indivíduos influenciados pelos preceitos europeus em seus estágios

iniciais.

Os estudantes é que trouxeram da Europa as ideias revolucionárias de Voltaire, Rousseau e Montesquieu, e a eles coube propagá-las, através de suas sociedades e clubes secretos. Foram eles que serviram de veículo quase exclusivo para a introdução, no Brasil, daqueles ideais, até que se concretizasse, em 1827, o sonho inconfidente da fundação de uma Universidade no País (Poerner, 1979, p. 56).

No período inicial, a introdução do ensino superior no Brasil foi marcada pela criação dos primeiros cursos, como Direito, Medicina e Administração, impulsionada pela chegada da Família Real e pela necessidade da elite local em proporcionar educação aos seus filhos dentro do território. Evidencia-se que, naquela época, o acesso ao ensino superior estava intrinsecamente ligado à manutenção do poder das famílias em posições de destaque. No contexto maranhense, a implementação da educação superior ocorreu tardiamente em comparação com outras regiões do país, seguindo a tendência nacional de expansão universitária.

Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, consolidou-se a criação de cursos agregados, dando origem a uma concepção mais ampla do espaço universitário. A federalização do ensino superior tornou-se uma realidade, sendo a manutenção das instituições educacionais assumida pela União. Nesse contexto, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, com Francisco Campos como seu primeiro titular.

Na inauguração dos trabalhos, o ministro expressou a necessidade de uma Universidade do Brasil mantida pela União, que não fosse apenas um postulado regulamentar ou uma aspiração legal, mas que se transformasse em uma realidade viva, uma comunidade escolar verdadeira. Essa visão impulsionou a criação do que hoje é conhecido como uma cidade universitária (Fávero, 1999).

O movimento estudantil também foi impactado pelas novas políticas implementadas no país, visto que esse período coincidiu com transformações nas relações trabalhistas que repercutiram diretamente nas dinâmicas universitárias. Essas mudanças provocaram um certo desinteresse por parte dos universitários em relação à política, refletindo-se em uma parcela dos estudantes que passou a manifestar preconceito em relação à militância universitária.

Conforme Oliveira (2022), no período de redemocratização, houve uma abordagem centrada na cidadania e nos direitos humanos, visando assegurar a trajetória do país rumo à democracia. O movimento estudantil, exemplificado pelo Centro Acadêmico de História Lagoa Amarela nos anos 90, demonstra a resistência à privatização das universidades, em particular

da Universidade Federal do Maranhão. Dentro das limitações impostas pelas novas diretrizes governamentais na área da educação, os estudantes mobilizaram-se, promovendo ações como a elaboração de materiais impressos, que circulavam na universidade para reforçar a representação estudantil, e emitindo notas de repúdio contra os planos governamentais que ameaçavam a qualidade acadêmica. Ademais, organizaram eventos estudantis no ambiente universitário como estratégia para ocupação e promoção do diálogo político.

Segundo Oliveira (2022), há diversas iniciativas do movimento estudantil que foram moldadas pelo cenário em que estavam inseridas. Os registros documentais revelaram a comunicação mantida pelos movimentos estudantis em Maranhão com diversas entidades e universidades que cercavam sua existência. A variedade dos arquivos proporciona uma compreensão mais ampla daquele período, destacando as condições precárias e a batalha pela preservação do ensino público superior.

2.3 – Movimento Estudantil e a Igreja Católica

A relação entre a Igreja Católica e os movimentos estudantis, especialmente durante os períodos históricos de agitação política, como na década de 1960 no Brasil, é complexa e multifacetada. A Igreja Católica, como Instituição, teve diferentes posturas e respostas diante dos movimentos estudantis, refletindo as diversas correntes internas e as mudanças na conjuntura política.

Na década de 1960, o Brasil vivenciou um contexto de efervescência política e social, marcado pela ditadura militar. Nesse cenário, os movimentos estudantis tornaram-se importantes agentes de resistência e mobilização contra o regime autoritário.

Conforme Zanin (2022), no Brasil, o programa da Ação Católica foi oficializado em 1935, mas, mesmo antes de sua oficialização, estavam em funcionamento no Brasil alguns núcleos da “Juventude Feminina Católica” (JFC) e, em menor quantidade, estava presente também a “Juventude Católica Brasileira”. Para os adultos casados, havia os “Homens da Ação Católica” (HAC), também a “Liga das Senhoras Católicas”. A Ação Católica, subdividida em: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), tinha como objetivo principal formar líderes católicos leigos para atuarem em seu meio na recristianização da sociedade.

Num segundo momento, somaram-se mais dois movimentos: a Juventude Agrária Católica (JAC) para os jovens do campo, e a Independente Católica (JIC), que deveria reunir os jovens que não se encaixavam nas demais categorias. Durante as décadas de 1950 e de 1960,

à medida que a sociedade se politizava, setores do clero acompanhavam e impulsionavam este movimento. Como meio de promover o desenvolvimento econômico de determinada região, viu-se a necessidade de conscientizar seus habitantes sobre as causas de seus problemas e as diversas possibilidades de resolvê-los. Nesse sentido, começaram a atuar as escolas radiofônicas, por meio das quais não apenas se praticava a alfabetização, mas também a conscientização. O Movimento de Educação de Base (MEB), incentivado pela Igreja nos primeiros anos da década de 1960, recebeu financiamento do governo Jânio Quadros.

Neste período, os grupos da Ação Católica passaram por uma profunda metamorfose, pois estavam cada vez mais próximos das questões políticas e, devido a isso, receberam críticas provenientes dos grupos católicos mais conservadores e contrários a esse envolvimento, o que resultou no desligamento de vários membros, principalmente após o deflagrar do golpe de 1964.

Destaca-se também na década de 1950 a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Fundada em outubro de 1952, no Rio de Janeiro, a CNBB teve como primeiro presidente eleito o Cardeal Dom Carlos de Vasconcelos Mota, com Dom Hélder Câmara aclamado como secretário-geral. A fundação da CNBB facilitou o diálogo e a exposição dos grandes problemas pastorais do país, promovendo uma ação conjunta na busca por uma evangelização capaz de atender à diversidade regional.

Na década de 1960, assim como as instituições políticas, a Igreja também foi surpreendida pelos acontecimentos. Pouco antes do golpe militar, setores tradicionalistas haviam promovido em São Paulo e no Rio de Janeiro manifestações populares de caráter anticomunista “em nome da fé”, como já mencionado, as chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. O Episcopado nacional, inicialmente perplexo e hesitante, teve dificuldades para superar a visão tradicional de cristandade vigente até a década de 60. As divergências entre os bispos eram notáveis, e é possível que o recrudescimento do regime tenha sido o responsável por uma maior coesão entre o episcopado. Foi através da experiência direta e imediata da iniquidade do sistema, com seus altos custos políticos, econômicos e humanos, que a Igreja começou a ter uma consciência mais clara da incompatibilidade entre as pretensões totalitárias dos militares e a verdade do Evangelho. Assim, entre os bispos, surgiu uma solidariedade cada vez mais firme, e os próprios eventos e contradições levaram a uma profunda mudança na compreensão da presença e da missão da Igreja na sociedade.

Conforme Zanin (2022), em meados da década de 1960, a Igreja no Brasil encontrava-se em uma verdadeira encruzilhada histórica. São anos de busca e ansiedade, mas

também de grande vitalidade e esperança. Surgem no âmbito nacional instituições de formação para agentes de pastoral nos campos da liturgia, eclesiologia e ciências humanas. Já na segunda metade da década de 60, a jornada da Igreja no Brasil é caracterizada por uma reviravolta histórica. Gradualmente, estabelece-se uma nova compreensão eclesial que põe fim ao tradicional modelo de cristandade. Várias circunstâncias contribuíram para o desencadeamento desse processo: os movimentos de renovação em andamento desde a década anterior, o Concílio Vaticano II⁶, a instauração do regime militar e sua radicalização com o Ato Institucional nº. 5 de 1968, que suprimiu o Estado Democrático de Direito, e a II Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968). Inicia-se um período de intensos questionamentos, conflitos, avanços e, por vezes, retrocessos.

Ao anunciar um Concílio em 25 de janeiro de 1959, o Papa João XXIII iniciava não apenas um processo de atualização, mas, principalmente, de renovação da Igreja. O Concílio tinha um caráter ecumênico, visando promover o diálogo com outras confissões religiosas. A intenção do Papa era “abrir portas e janelas para que o sopro da renovação, trazido pelo Espírito Santo, entrasse na Igreja”. Com essa intenção, o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II.

Possivelmente, o ponto de partida para a convocação do novo concílio pelo Papa João XXIII foi sua preocupação com o momento social e eclesial do século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo estava passando por um forte processo de secularização e ateísmo, com um descrédito generalizado nas instituições, incluindo a Igreja. Diante dessa crise generalizada, pelo menos a Instituição poderia dar ao mundo um testemunho coerente. Para isso, era necessário repensar a identidade e a missão da Igreja no mundo moderno.

Em um primeiro momento, alguns setores da Igreja Católica apoiaram o golpe militar de 1964, acreditando que seria uma resposta contra a ameaça comunista. No entanto, à medida que o regime se radicalizou e começaram a surgir violações aos direitos humanos, a censura à imprensa e a repressão aos movimentos sociais, incluindo os estudantis, parte da Igreja começou a rever sua posição.

Nesse contexto, emerge a Teologia da Libertação: uma corrente teológica que buscava articular a fé cristã com a luta contra a injustiça social e a opressão. Muitos teólogos

⁶ Foi uma reunião ecumênica da Igreja Católica Apostólica Romana, realizada entre 1962 a 1965, sob a liderança do Papa João XXIII e depois Papa Paulo VI. Ela teve como objetivo promover a renovação e a modernização da Igreja, além de responder aos desafios do mundo contemporâneo. Entre as mudanças introduzidas pelo Concílio estão inclusas: liturgia, ecumenismo, papel dos leigos e as relações com o mundo moderno. No que tange a esse último aspecto, o concílio reconheceu a importância do envolvimento com os desafios e questões do mundo moderno, promovendo uma atitude de abertura e diálogo com a sociedade secular.

da libertação, inspirados pelo Concílio Vaticano II, embora não tenha sido diretamente responsável por sua formulação o espírito de renovação e abertura criou um contexto favorável para o engendramento dessa corrente teológica. No entanto, é importante notar que a relação entre o Vaticano e a Teologia da Libertação nem sempre foi harmoniosa. Ao longo dos anos, houve tensões e conflitos devido a divergências teológicas e políticas, e alguns líderes da Igreja expressaram críticas à Teologia da Libertação, especialmente em relação a sua abordagem política.

Outra fonte de inspiração para os teólogos da libertação foram os movimentos sociais que apoiaram ativamente os movimentos estudantis e engajaram-se na defesa dos direitos humanos. Tendo uma participação ativa de Padres e Religiosos que se engajaram diretamente nos movimentos estudantis, apoiando manifestações, participando de debates e oferecendo suporte moral aos estudantes. Muitos desses líderes religiosos foram perseguidos pelo regime militar devido a seu envolvimento.

Essa corrente não era unanimidade na Igreja e sua relação com o movimento estudantil gerou uma segmentação. Logo, alguns setores apoiavam ativamente os movimentos estudantis, outros dentro da própria instituição eram críticos dessa participação. Houve divisões internas entre os membros do clero, refletindo as diferentes perspectivas sobre o papel da Igreja na sociedade.

03 - O MOVIMENTO PELA MEIA PASSAGEM PELA ÓTICA DOS JORNAIS LOCAIS (1977-1980)

O Movimento da Meia Passagem em São Luís, Maranhão, que ocorreu de 1977 a 1980, foi uma significativa mobilização estudantil em busca do direito fundamental de acesso ao transporte público com tarifas reduzidas. Esse movimento desempenhou um papel relevante na luta pela defesa dos direitos dos estudantes.

Naquela época, o alto custo do transporte público representava uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes de São Luís. As tarifas integrais eram financeiramente inacessíveis para a maioria, dificultando o deslocamento até as Instituições de Ensino. Diante dessa realidade, os estudantes se organizaram e iniciaram um movimento reivindicatório.

Os participantes do Movimento da Meia Passagem realizaram protestos, manifestações e ocupações, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade e das autoridades para a necessidade de tarifas reduzidas no transporte público destinadas aos estudantes. Suas ações incluíram bloqueios de vias e diálogos com representantes do governo.

O movimento adquiriu força ao estabelecer conexões com outros setores da sociedade, como sindicatos, movimentos sociais e grupos de trabalhadores, fortalecendo a luta por uma política de transporte mais inclusiva. Além disso, a conscientização e a mobilização dos estudantes foram fundamentais para angariar apoio da população em geral.

A repressão por parte do governo militar representou uma constante ameaça ao Movimento da Meia Passagem em São Luís. Houve prisões, perseguições e confrontos violentos com as forças de segurança. No entanto, os estudantes perseveraram em sua luta, resistindo à repressão e defendendo seus direitos.

Em 1979, após intensas mobilizações e negociações, o Movimento da Meia Passagem obteve uma importante vitória. Foi promulgada uma lei municipal que garantia o direito à meia passagem no transporte público para estudantes em São Luís. Essa conquista representou um avanço significativo na garantia do acesso à educação e no reconhecimento dos estudantes como agentes de transformação social.

O Movimento da Meia Passagem em São Luís, Maranhão, teve um impacto duradouro na consciência política dos estudantes e na sociedade como um todo. Essa mobilização evidenciou a importância do engajamento estudantil na defesa de direitos e na busca por uma cidade mais justa e inclusiva. Atualmente, a discussão sobre o Movimento da

Meia Passagem serve como uma lembrança de uma luta vitoriosa e inspira novas gerações a se mobilizarem em prol de seus direitos.

Em vista disso, uma das fontes de problematização e compreensão desse movimento é o discurso jornalístico, que se constitui como uma prática discursiva de construção de conhecimento. Sua legitimidade social se fundamenta num efeito de objetividade, que lhe garante um caráter de discurso que profere a “verdade”. Disso, decorre sua importância nas sociedades contemporâneas como instrumento formador de opinião. Logo, os acontecimentos permitem uma multiplicidade de interpretações e as matérias jornalísticas são escolhas de percepções, seleções e transformações de um fato em um acontecimento em uma notícia.

(...) os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção de realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos [de relações]. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento (Traquina, 2016, p. 168).

A função do jornalista permeia entre a escolha entre o que pode ou não ser noticiado. Assim, o jornalista ordena o real a partir de seu relato, portanto através da linguagem e no interior de uma instituição. Uma prática de fala que quando organizada em discurso estabelece visões de mundo. É por meio dos discursos que se determinam modos de ver a realidade e lugares de poder. Foucault (1996) esclarece que o discurso é permeado continuamente por relações de poder, por uma luta de forças e de vozes que visam se difundir. Assim, quando se fala em discurso jornalístico não há como deixar de falar de embate pela conquista e manutenção do poder. “O discurso é não apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é a coisa para a qual e pela qual a luta existe, o discurso é o poder a ser tomado” (Foucault, 1996, p. 110).

A análise documental será de matérias jornalísticas, coletadas no acervo público da Biblioteca Benedito Leite (tabela 01), veiculadas nos periódicos *Diário do Povo* e *O Imparcial* que são situados em posições extremas no debate político, sendo, portanto, meio para construção e controle da opinião pública, conforme o grupo vinculado.

Tabela 1: Quantitativo de matérias jornalísticas coletadas

ANO	PERIÓDICO	QTD. DE REPORTAGENS
1977	Diário do Povo	-
	O Imparcial	4
1978	Diário do Povo	3
	O Imparcial	-
1979	Diário do Povo	27

	O Imparcial	31
1980	Diário do Povo	3
	O Imparcial	4

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Assim, o periódico *O Diário do Povo* é um jornal com sede em São Luís, Maranhão, que possui uma história rica que remonta ao século XX. Fundado em 1922, esse periódico desempenhou um papel fundamental na divulgação de informações e na cobertura dos principais eventos e acontecimentos da região. O jornal abrange uma ampla gama de tópicos, como política, economia, cultura, esportes e entretenimento, com o objetivo de atender aos interesses e necessidades diversificados de seus leitores. Sua história reflete a importância do jornalismo na sociedade, contribuindo para o acesso à informação, a formação de opinião e o fortalecimento da democracia.

Já *O Imparcial* faz parte do Grupo dos Diários Associados, associação que reúne veículos de comunicação de todo o Brasil, criado pelo jornalista Assis Chateaubriand. O jornal é um dos mais antigos do Maranhão, fundado em 1926 por José Pires Ferreira. Conforme Reis (2017, p. 82), “ele não pretendia defender posições ideológicas de determinados grupos políticos ou empresariais, separava notícia de opinião.”

Assim sendo, durante o contexto da ditadura militar no Brasil, o jornalismo enfrentou severas restrições e censura por parte do governo militar. Jornais, revistas, rádios e televisões sofreram um controle rigoroso sobre o conteúdo que podiam publicar ou transmitir.

A censura prévia era uma prática comum, na qual as matérias eram submetidas à aprovação governamental antes da publicação. Muitos assuntos considerados sensíveis ou críticos ao regime eram proibidos de serem divulgados, levando a uma autocensura por parte dos jornalistas e veículos de comunicação. Essa censura afetou a liberdade de expressão e limitou a divulgação de informações independentes e críticas.

Além da censura, o governo militar também utilizava mecanismos de controle e repressão para silenciar jornalistas e veículos de comunicação que se opunham ao regime. A Lei de Segurança Nacional era frequentemente invocada para perseguir e criminalizar jornalistas que denunciavam abusos de poder e violações de direitos humanos.

Muitos profissionais da imprensa foram alvo de perseguição, prisões, torturas e até mesmo assassinatos por exercerem seu trabalho de forma crítica e independente. No entanto, mesmo diante dessas adversidades, houve jornalistas corajosos que se arriscaram para denunciar as violações e resistir à repressão, mantendo a ética jornalística e buscando informar

o público sobre a verdade. Esses jornais veicularam com afincos uma ampla cobertura sobre o movimento pela meia passagem.

Dessa forma, este terceiro capítulo foi dividido em quatro partes. A primeira realiza uma análise e problematização sobre a historiografia da luta pela meia passagem, com suas convergências, divergências e discussões norteadoras. A segunda parte, denominada “O (re)começo do movimento pela meia passagem (1977-1978)”, aborda sobre a origem da meia passagem e atos públicos de mobilização, como: A Caminhada do Peregrino da Paz ou Caminhada da Paz (1978) e a Campanha do Abaixo-assinado. Na terceira parte o enfoque recai sobre o ápice desse movimento, a greve de 1979, com sua organização, repressão sofrida e o papel de apoio e participação dos movimentos democráticos populares, como: Comitê pela Anistia, Movimento Contra a Carestia, SMDH entre outros. A última parte concentra-se em notícias veiculadas durante a comemoração do primeiro aniversário da greve, em 1980, com objetivo de problematizar a construção e consolidação da memória sobre esse evento marcante da História Contemporânea local. Essa estrutura almeja uma análise ampla do contexto, além do desenvolvimento e impacto do Movimento pela Meia Passagem em São Luís.

3.1 – Historiografia sobre o movimento pela meia passagem em São Luís - MA

A historiografia sobre esse movimento possui, como ponto de partida, as reflexões produzidas entre as décadas de 1990 até 2010, sendo boa parte produzida por sujeitos que participaram ativamente do evento histórico em questão. Frisando que boa parte das análises sobre o movimento pela meia passagem, em específico a greve de 1979, são trabalhos monográficos da área do campo disciplinar da História, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 2: Levantamento Bibliográfico sobre a meia passagem

ORD	ANO	TÍTULO	AUTORES	OBRA
1	1982	Meia passagem ou meia cidade.	Samuel Alves Filho Ivanhoé Albuquerque Leal	Livro
2	1989	A greve da meia passagem	Luis Jorge Silva Moreno	Monografia (UFMA)
3	1995	Meia passagem como foi mesmo que começou?	Jomar Fernandes Pereira Filho	Monografia (UFMA)
4		Muito mais do que uma passeata	João Ribeiro Filho	Monografia (UFMA)
5	1998	Meia passagem, vitória da resistência popular.	Antônio José Lobato Brito	Monografia (UFMA)
6	2001	A meia passagem em versões inteiras: a greve de 79 em fatos e fotos	Amarilis Cardoso Santos Douglas Franklin	Livro

7	2003	A formação da opinião pública na greve pela meia passagem em 1979 no Maranhão	Amarilis Cardoso Santos	Especialização (UFMA)
8	2004	Greve pela meia passagem: subversão x legitimação do direito	Leide Ana Oliveira Caldas	Monografia (UFMA)
9		A revolta da meia passagem: a história da greve estudantil de 1979.	Moisés Matias	Livro
10		Aspectos Históricos do Movimento Estudantil em São Luís (1968-1979)	Jorge Henrique Pereira Viégas	Monografia (UEMA)
11	2005	Insurreição Urbana: a greve de 17 de setembro de 1979	Durval Medeiros da Cunha Santos Filho	Monografia (UEMA)
12	2007	"Neste luto começa a luta": uma análise historiográfica da Greve Estudantil de 1979 em São Luís do Maranhão.	Ilídio Lima Fialho Júnior	Monografia (UEMA)
13	2008	A greve da meia passagem de 1979: de políticos a politólogos todos falaram, até o balão	Antonio Carlos Lima Gomes	Monografia (UFMA)
14	2009	O que se passou em São Luís? Representações sobre a greve da meia passagem em 1979.	Jorge Luiz Feitosa Machado	Monografia (UEMA)
15	2012	Representações e memórias sociais em disputa: a greve da meia-passagem de 1979.	Antonio Carlos Lima Gomes	Dissertação (UFMA)

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Assim sendo, os trabalhos podem ser segmentados historiograficamente em duas vertentes: uma literatura romântica e escrita pelos próprios agentes históricos que participaram do evento, e uma literatura com maior criticidade, distanciamento e respaldada em novos aportes teóricos-metodológicos. Logo, serão exploradas três obras monográficas e um livro publicado e organizado por um jornalista. Sendo elas escolhidas, por conta de seu fácil acesso no meio digital.

A monografia de Ilídio Lima Fialho Júnior, apresentada ao curso de História Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão, propõe-se a realizar uma análise de um debate historiográfico sobre a Greve Estudantil de 1979 em São Luís do Maranhão. O autor busca relacionar o papel desempenhado pela Igreja Católica e a reorganização do movimento estudantil no Maranhão e no Brasil como elementos condicionantes para a eclosão do movimento, buscando associar com o cenário de vulnerabilidade econômica do governo militar.

O professor Ilídio Fialho Júnior deixa logo explícito na introdução do seu trabalho os seus objetivos:

[...] fazer uma análise historiográfica dos trabalhos de: Durval Medeiros da Cunha Santos Filho, Antonio José Lobato Brito, Leide Ana Oliveira Caldas, Jorge Henrique Pereira Viégas e o livro de Moisés Matias (A revolta da Meia

Passagem), para que possamos, com base nos trabalhos dos autores acima mencionados analisar a Greve Estudantil pela a meia passagem, ocorrida em 1979 em São Luís do Maranhão (Fialho Júnior, 2007, p. 10-11).

No decorrer de sua análise não ocorre a conceituação de alguns termos polissêmicos, que são fundamentais para a compreensão de sua reflexão, como por exemplo: greve e historiografia, sendo sua investigação pautada em uma narrativa dos fatos, com pouca problematização sobre as consequências da greve estudantil para o Estado e os discentes.

A outra obra que contribui com a temática é a do historiador Durval Medeiros da Cunha Santos Filho, com sua monografia intitulada *Insurreição Urbana: a greve de 17 de setembro de 1979*, defendida no curso de História (UEMA, 2005). Neste estudo defende como hipótese central a perspectiva de um movimento autenticamente reivindicatório e popular. Tem como recorte temporal, o período compreendido entre 1964-1979, isto é, da implantação do regime militar no Brasil até a eclosão da Insurreição Urbana de 1979 na cidade de São Luís. O historiador Durval Santos foi participante do movimento, podendo ser inserido numa literatura historiográfica romântica.

A sua investigação buscou representar a atuação desempenhada pela União Nacional dos Estudantes e o setor secundarista. O trabalho utiliza fontes diversas, como: entrevistas, incursão nos periódicos locais do período e monografias. O autor teve todo o cuidado de clarificar a opção pelo termo insurreição ao invés de greve

Já o historiador Jorge Luiz Feitosa Machado analisou em sua monografia, apresentada ao curso de História em 2009, as representações sobre a Greve da meia passagem em 1979, através da metodologia da análise do discurso e da história oral. Utiliza como conceitos base: greve, memória e manipulação da memória. Sua reflexão tem um caráter inovador ao utilizar novas ferramentas teóricas-metodológicas para análise e problematização das fontes. O autor deixa visível suas intenções e seus objetivos na introdução.

A temática desenvolvida neste trabalho trata da análise dos *discursos* produzidos sobre a Greve Estudantil de 1979, em São Luís, bem como de eventuais representações posteriores a partir da circulação de periódicos locais (*Jornal Pequeno, O Estado do Maranhão e O Imparcial*). O referido “evento” consistiu numa série de manifestações pela cidade durante o mês de setembro daquele ano, encabeçada por estudantes universitários e reforçada por secundaristas, que saíram às ruas em protesto contra o aumento nas tarifas dos transportes coletivos urbanos. O episódio também ficou muito conhecido como a “Greve pela meia passagem” e contou com o apoio de segmentos específicos da sociedade civil ludovicense” (Machado, 2009, p. 10) (grifos do autor).

Assim sendo, destoando do campo da História, a produção do jornalista Moisés Matias realiza uma análise descritiva e factual acerca da Revolta da Meia passagem de 1979 em São Luís. Como podemos observar no trecho a seguir:

Naquela tarde, 17 de setembro de 1979, os estudantes ocuparam a praça para pedir a meia passagem nos transportes coletivos. Mas eram proibidos de ocupar a praça. Era proibido pedir. Os estudantes, de todas as idades, reunidos em um grande ato popular, desafiando a ordem dos militares e do seu delegado de plantão, o governador João Castelo. [...] Aquela geração, filha ilegítima do Golpe Militar de 1964, participou da Revolta da Meia Passagem, quando o centro de São Luís virou um pandemônio, um espaço conturbado pela revolta dos estudantes contra uma polícia despreparada que recebera uma juventude – pacífica e desarmada – com a violência dos que não têm argumentos e só conhecem a força bruta. Aquela geração que ajudou a derrotar a Ditadura Militar. (Matias, 2004, p. 5-6)

Essa obra é permeada por uma série de descrições de relatos orais, trechos dos principais periódicos locais, documentos oficiais da Câmara Municipal de São Luís entre outros. Esse trabalho é uma das principais análises sobre a greve de 79, pela sua variedade de fontes utilizadas e sutileza na construção textual

3.2 – O (Re)começo do Movimento pela meia passagem (1977-1978)

Para compreensão desse contexto, é preciso considerar alguns elementos essenciais. Primeiramente, é relevante ressaltar os esforços de setores específicos da sociedade civil em torno de demandas que espelhavam as adversidades do contexto, ao mesmo tempo em que indicavam um maior comprometimento e envolvimento desses setores. Esse engajamento possibilitou uma participação ativa na vida política da cidade, marcando uma fase de maior protagonismo desses segmentos na esfera pública.

Os últimos anos da década de 1970 em São Luís caracterizaram-se como um período de insatisfação entre segmentos sociais marginalizados, diretamente impactados pela conjuntura política e econômica e pela intervenção do regime de exceção. Na cidade, manifestações contra a carestia, mobilizações pela anistia, greves de categorias profissionais, como os taxistas, e ocupações urbanas refletiram a insatisfação e a pressão por mudanças.

A atuação das frentes, compostas por diversos movimentos e lideranças políticas, evidenciou a estratégia de concentrar esforços em causas específicas para ampliar o poder de negociação com o governo. Embora houvesse essa dinâmica de pressão, é importante ressaltar que o cenário não implicava necessariamente em uma oposição clara entre governo e sociedade civil, uma vez que vários segmentos dessa sociedade participavam do regime militar.

O movimento estudantil universitário atuou de forma direta neste período, reunindo

uma significativa quantidade de jovens envolvidos tanto nas dinâmicas acadêmicas quanto nas questões essenciais do cotidiano de São Luís. O movimento dos estudantes durante a greve pela meia passagem reflete aspirações diversas, apontando para um período caracterizado por entendimento, participação popular, liberdade de expressão e organização. Estes elementos indicam uma transição política rápida em direção ao regime democrático de direito.

Desde 1977, os estudantes tiveram atuação na promoção de uma vivência acadêmica intensa, apesar dos mecanismos de vigilância e das limitações impostas pelo atrelamento das entidades estudantis. É nesse cenário que o direito a meia passagem emerge como bandeira de luta e um dos elementos aglutinadores de toda a classe estudantil e da sociedade civil como um todo.

O direito a meia passagem remete a década de 1950, quando representantes da União Maranhense dos Estudantes Secundaristas (UMES) pressionaram o poder Legislativo e Executivo municipal a criar uma lei que assegurasse tal direito. O esforço culminou na conquista do direito à meia passagem, por meio da Lei nº. 807/1957.

Art. 1º - Obrigação, por parte do requerente, de conceder o abatimento de 50% nas tarifas aos estudantes que apresentarem carteira fornecida por entidade estudantil;

Art. 2º - Obrigação por parte do requerente, por si e solidariamente com seus propositos, de responder pelos danos causados à União, ao Estado, ao Município e aos particulares, bem como o compromisso de acatamento as ordens e regulamentos existentes ou que venham a existir, sob pena do cancelamento da licença que tiver sido concedida;

Art. 3º - As tarifas aprovadas só poderão ser alteradas pelo Prefeito, com prévia autorização da Câmara municipal;

Art. 4º - A inobservância de qualquer das disposições da presente Lei será punida com multa que variará de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), salvo nos casos para os quais esteja cominada pena especial (São Luís, 1957).

Esta lei foi promulgada pelo então prefeito de São Luís, José Ramalho Burnett da Silva, tendo posta logo em prática, e foi respeitada até 1965, quando passou a ser ignorada. Com base nessa legislação, e a partir de um cenário de reconstrução dos movimentos estudantis, em diversidades localidades do país, e da União Nacional dos Estudantes, emerge o movimento pela meia passagem, conforme matéria publicada.

O encaminhamento ao reitor da FUM (Fundação Universidade do Maranhão) de um relatório que reivindica a aquisição de ônibus para o transporte universitário para o Campus Bacanga e a formação de uma comissão para trabalhar no sentido de contribuir para a **redução da passagem de estudantes para metade**, foram os principais temas aprovados por mais de trezentos universitários reunidos em assembleia geral (O Imparcial, São Luís, 10 nov. 1977, p. 5) (grifo nosso)

Essa assembleia estudantil, liderada por jovens universitários, no ano de 1977, é o marco de início do movimento pela meia passagem. Já no ano de 1978 ocorreram dois eventos significativos e que representou marcos de consolidação de uma cultura política liderada pelos estudantes, sendo: A Caminhada pela Paz e o Abaixo-assinado da Meia Passagem.

A Caminhada do Peregrino da Paz, ocorrida em 27 de agosto de 1978, é um episódio bem representativo da disposição dos estudantes de não limitarem sua ação ao espaço da Universidade e também das articulações que havia entre a fé católica e a atividade política no meio estudantil. É reveladora também do grande potencial de arbítrio e mesmo de violência que os órgãos de segurança pública reservavam aos eleitos ‘provocadores’; um eloquente aviso do que viria no ano seguinte durante a greve pela meia passagem.

A Caminhada pela Paz foi uma passeata para homenagear o Papa João Paulo VI, falecido dias antes. Os estudantes pegaram um som, violão e algumas folhas com músicas de Luiz Gonzaga e Chico Buarque de Holanda e se prepararam para ir ao campus, onde às 08:30 iria começar a caminhada até a Igreja da Sé. Os ônibus estavam suspensos, então foram para o campus de carona, de táxi.

Os estudantes saíram do campus com o som ligado e cantando e na altura da barragem do Bacanga, porém, a ‘Caminhada’ foi dispersada por um grupo de policiais fortemente armado, e que impediu a continuidade do movimento. Os excessos da polícia foram amplamente divulgados pela imprensa e denunciados pela Igreja e por parlamentares emedebistas.

A caminhada acabou por constituir-se de ambiguidades tanto no campo ‘despretensiosamente religioso’, como na construção do título ‘Caminhada pela Paz’, já que está se dava num período de violação de direitos e confrontos policiais, sendo visível à aliança, Igreja e Movimento Estudantil. (Fialho Júnior, 2007, p. 23).

Assim, o gesto aparentemente pacífico dos estudantes, que também pode ser analisado como uma estratégia de resistência para ludibriar os agentes da ditadura, foi interpretado como um potencial desencadeador de desordens, evidenciando a sensibilidade do contexto político vivido na época e nesse estado repressivo, os estudantes, mantiveram-se firmes e logo os estudantes estavam nas praças, feiras e escolas realizando uma mobilização e conscientização e lançando a campanha pela meia passagem. A partir disso, organizaram um abaixo-assinado onde reuniram mais de 34 mil assinaturas que solicitavam ao prefeito a implantação da medida. Em setembro, um ato público na Praça Deodoro, liderado por estudantes da FUM e FESM celebra a entrega deste documento, em um Ato Público na Praça Deodoro, à prefeitura da cidade. Conforme matéria publicada no *Diário do Povo*:

A **campanha pela meia-passagem** encabeçada pelo Diretório Central dos Estudantes da FUM, foi mobilizada na comunidade local desde o mês de setembro, constituindo-se numa verdadeira batalha do estudante maranhense, que ganhou a simpatia da população sanluisense, aderindo inclusive, a grande concentração formada na última quinta-feira na porta da prefeitura, quando da entrega do documento reivindicatório, ao prefeito local. (Diário do Povo, São Luís, 12 nov. 1978, p. 5) (grifo nosso)

A coleta de assinaturas foi um poderoso instrumento de divulgação da campanha pela meia passagem, que crescia também com a divulgação abundante e favorável pela imprensa e apoios na Assembleia Legislativa Estadual, conforme carta de intenção entregue juntamente com o abaixo-assinado.

O estudante, numa nação, é, em dúvida, o depositório de toda a esperança. A sua participação no destino de seus irmãos, é uma de suas características mais acentuadas e louváveis. Hoje, como irmãos, nos unimos para vos dirigir o nosso pedido de MEIA-PASSAGEM PARA ESTUDANTES NOS TRANSPORTES COLETIVOS DE SÃO LUÍS.

Apresentamo-vos algumas das justificativas que nos levaram a chegar até vós o nosso pedido: O Maranhão é do Estado mais pobres da Federação. Sabemos, portanto, dos problemas econômicos enfrentados pela nossa população, que sobrevive entre o baixo salário e o alto custo de vida. Na maioria das famílias há sempre vários estudantes, que utilizam os transportes coletivos, tendo que usá-lo, diariamente, por várias vezes, dando uma despesa familiar muito grande.

Várias cidades do Nordeste (Teresina, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Natal...) oferecem a meia-passagem ao estudante, que assim, aliviam as despesas familiares com transportes, podendo ampliar a aplicação de recursos na saúde, alimentação, habitação, e na própria educação, muitas vezes relegadas a planos inferiores, aumentando a deficiências já aí encontradas.

Em São Luís, já houve MEIA-PASSAGEM, o que nos faz pensar mais acertadamente de que houve uma falha no processo histórico com a retirada desse direito da classe estudantil e desse benefício familiar à comunidade.

Estamos, agora, junto a V.Sa. reivindicando esse direito. E, para tanto, temos nos mobilizando ao longo de dois meses, procurando sensibilizar a comunidade. Aqui, nos apresentamos com nossas assinaturas (crianças, velhos, pais, estudantes, funcionários, professores, diretores...) na certeza de reconquistarmos esse direito.

Apresentamos os nossos votos de um trabalho firmado na Paz e na Justiça.

(Diário do Povo, São Luís, 10 nov. 1978).

Mesmo diante da massiva mobilização e conscientização da sociedade, o clamor dos estudantes pela meia passagem sofreu a oposição dos representantes das Empresas de Transporte e foi acordado que: “[...] a Prefeitura de São Luís encaminhará ao Conselho Interministerial de Preços, para que seja obtida a média do custo de passagens, computados os 50%” (Diário do Povo, São Luís, 24 nov. 1978).

A estratégia do abaixo-assinado, direcionada especialmente aos estudantes do ensino médio, desempenhou um papel crucial na divulgação da causa. Além disso, a

mobilização em feiras, mercados e bairros contribuiu para angariar simpatias. No entanto, apesar do amplo respaldo das assinaturas na cidade, a entrega do documento não teve o efeito desejado, resultando em uma resposta insatisfatória por parte das autoridades. A expectativa de sensibilização das autoridades frente às assinaturas converteu-se em uma frustrante morosidade, evidenciando a falta de vontade política e uma burocracia ineficiente que não oferecia respostas satisfatórias.

3.3 – A greve de 1979

A greve pela meia passagem de setembro de 1979, eclodida em São Luís, é engendrada em um cenário de amplo descontentamento dos setores populares, por conta de uma política econômica de desfavorecimento das camadas hipossuficientes. Nessa conjuntura a situação vivenciada na cidade de São Luís nos possibilita um reflexo do Estado e do Brasil.

Na Cidade ocorriam manifestações contra a carestia, pois o custo de vida sufocava os segmentos mais populares, além de mobilizações pela anistia, paralisações de categorias profissionais, como a greve de taxistas da capital, ocupações urbanas irregulares, destacando-se o processo de ocupação do bairro Coroadinho. Enfim, uma série de eventos que denotaram claramente a debilidade do governo local em atender as demandas necessárias dos segmentos em questão” (Machado, 2009, p. 20).

No início do ano de 1979, os habitantes foram confrontados com aumentos nos preços, notadamente nos alimentos, tornando o custo de vida mensal uma realidade crescente. Essa elevação afetou não apenas itens essenciais, mas também serviços como transporte coletivo, aluguéis e passagens aéreas, impactando o poder aquisitivo dos cidadãos. “As consequências desse aumento foram sentidas nas feiras, mercados e supermercados, impactando significativamente o poder aquisitivo da população” (Diário do Povo, São Luís, 14 jan. 1979). Nesse contexto, é fundado o Movimento Contra a Carestia que reivindica o congelamento de preços, aumento salarial e melhores condições de vida para a população.

O ano também foi marcado por um movimento estudantil ativo em São Luís. Estudantes buscaram recriar a União Nacional dos Estudantes (UNE), destacando a necessidade de representatividade em meio às adversidades.

Também diante das injustiças sociais, profissionais e trabalhadores diversificados fundaram a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), visando combater violações de direitos e promover condições de vida mais justas. A sociedade civil se mostrou ativa na busca por uma distribuição equitativa de direitos.

Podemos observar um cenário de total instabilidade e frequente discussão acerca de vários problemas que assolavam a população local no contexto anterior a eclosão do movimento de setembro. O primeiro aumento nos preços das passagens no ano de 1979, ocorreu no dia 14 de fevereiro e essa “majoração estava em torno de 20%” (O Imparcial, São Luís, 09 fev. 1979, p.3). Vale ressaltar que esse aumento já havia sido pré-anunciado pelos jornais locais, tendo sido publicado entrevista com alguns proprietários de empresas de ônibus que alegavam: “detinham um acordo tácito com o governo municipal para obterem dois aumentos anuais e propunham um aumento em torno de 40% a 100% com dados comparativos com todas as capitais brasileiras” (O Imparcial, São Luís, 06 fev. 1979, p. 2). A partir do dia 15 de fevereiro passa a vigorar os reajustes nas tarifas do transporte público, não sendo representado nos noticiários impressos nenhuma indignação ou contestação com os novos valores.

Nesse quadro de elevação das cobranças no transporte público é solicitado na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão o cumprimento da lei nº. 807, que estava em vigor, porém não era efetuada na prática, determinava o estabelecimento da meia passagem. “Esse requerimento foi permeado de discussões no plenário da Assembleia e com a participação de alguns estudantes que entoavam o refrão do Hino da Meia Passagem: ‘Meia-passagem nós queremos de novo; pra salvar o bolo o remédio é unir o povo.’” (O Imparcial, São Luís, 07 março de 1979, p. 3)

O requerimento é votado e aprovado, e é solicitado um ofício direcionado ao prefeito de São Luís que envie a Câmara dos Vereadores um projeto de lei estabelecendo e cumprindo a meia passagem para os estudantes em todos os níveis, pois a lei nº 807 concebia esse direito apenas aos estudantes universitários, e esse novo projeto amplia para todos os segmentos.

No mês de abril é publicada uma reportagem afirmando que o prefeito de São Luís, Mauro Fecury, concederá a meia-passagem, após estudos preliminares e com base no modelo implantado em outras localidades do País (O Imparcial, São Luís, 01 abril 1979, p. 7). Porém, essa carta de intencionalidade ficou apenas no plano das ideias e na estratégia discursiva, tendo por intuito tranquilizar as camadas estudantis.

Poucos dias antes da deflagração da greve, a cidade de São Luís convivia em um contexto conturbado que os jornais registravam uma série de aumentos ocorridos em consequência da crise mundial do petróleo de 1973. O aumento do preço da gasolina, botijão de gás e da carne bovina. O jornal também apontara massivamente para uma “solidariedade com as greves do ABC Paulista e os diversos movimentos extranacionais tal como a guerrilha

sandinista e que inclusive tentaram associar as lutas pelas liberdades políticas no país, ao ensino pago das universidades” (Viegas, 2004, p. 73).

Podemos compreender e analisar o cenário da greve pela meia passagem por meio de dois blocos elementares, isto é, através das influências de fatores exógenos e de fatores endógenos. Dessa forma, os fatores exógenos ou condicionadores externos, que funcionaram de maneira centrípeta, terão um papel decisivo, sendo estes: a greve do ABC Paulista, a Crise Mundial do Petróleo e a reorganização da União Nacional dos Estudantes. Entre os fatores endógenos, que instigarão diretamente na construção do movimento, damos um eventual destaque para o descontentamento com o governo autoritário e seus desdobramentos no ramo socioeconômico.

O conglomerado de todos esses elementos é fundamental para a compreensão da greve de 1979 que exigia “a meia-passagem ampla, geral e irrestrita” (O Imparcial, São Luís, 15 set. 1979, p. 5) para todos os estudantes.

A greve pela meia passagem em 1979, na cidade de São Luís, ocorreu entre os dias 14 de setembro até o dia 24 de setembro, após mais uma majoração no valor das passagens no transporte público. Foram dez dias de paralisação geral no setor educacional superior e em algumas escolas de 1º e 2º grau, comércio e transporte público. Teve a participação e apoio de diversos setores da sociedade civil, como: Ordem dos Advogados do Brasil, Religiosos Progressistas, representantes políticos, Comitê pela Anistia.

Diante desse cenário, estudantes universitários protestaram na porta do Campus Universitário contrário a mais aumento abusivo da tarifa no transporte público, e em prol da meia passagem. O início do movimento foi liderado por alunos do curso de Engenharia elétrica, que resolveram fazer uma mobilização e acabaram ganhando apoio massivo da classe estudantil. Assim sendo, todos os alunos ficaram na entrada do Campus gritando palavras de ordem, entoando músicas de protesto, discursos fervorosos e convocando todos a participarem de uma assembleia, ficando acordado que os estudantes estariam reunidos segunda-feira (no Campus) a partir das sete horas, sendo compostas “comissões de panfletagem e conscientização, com a finalidade de atuarem no final de semana, para se reunirem com populares nas feiras dos bairros do João Paulo, Fátima, Liberdade e no Mercado Central, para uma tomada de posição ante o aumento das passagens” (O Imparcial, São Luís, 16 set. 1979, p. 7).

Também foi formada uma comissão para divulgar para toda a classe estudantil através de panfletos para “uma reunião na Praça Deodoro da Fonseca às 17 horas, onde ficava o coreto

defronte à Biblioteca Pública do Estado Benedito Leite no centro da cidade de São Luís” (Santos Filho, 2005, p. 31).

Depois da assembleia os estudantes se deslocaram do Campus a pé atravessando a Barragem da Bacanga pela margem da pista. Contudo era estranho não haver nenhum policial acompanhando ou mesmo tentando terminar com a pacata passeata dos estudantes. Mas a ilusão terminou quando a passeata chegou próximo ao Hospital Geral, pois lá se encontrava um contingente policial composto por cem homens armados de metralhadora, fuzil, cassetete, bombas de gás lacrimogênio, e escudos que barraram a pacata caminhada dos estudantes, e na rua de São Pantaleão se encontravam cerca de 60 PMs que fecharam o cerco. Os estudantes não acharam alternativa senão sentar-se e tentar chegar a um acordo com os policiais tão bem armados através de uma conversa com um oficial que portava um megafone[...]. Os estudantes foram se dispersando pouco a pouco em pequenos grupos. (O Imparcial, São Luís, 14 set. 1979, p. 7)

Podemos observar um estado autoritário diante uma caminhada pacífica e composta majoritariamente por estudantes, que se colocavam contrário a mais um aumento abusivo nas tarifas do transporte público e exigiam a implantação do direito a meia passagem. Nesse cenário, os manifestantes são tratados de forma hostil e com a utilização da força do Estado, isto é, das forças militares estaduais com um elevado aparato de repressão e prontos para atacar.

No dia 17 de setembro, segunda-feira, como marcado, ocorre um grande ato, o que poderia ser composto por apenas o nicho universitário transformou-se em uma participação massiva de cerca de 15 mil pessoas.

Na concentração, depois de diversos oradores se manifestarem organizou-se uma caminhada ao Palácio dos Leões para proceder a uma vigília em frente à sede do governo, como havia sido decidido em reunião anterior ocorrida no domingo, dia 19 na Igreja São João. Divididos em grupos, os estudantes utilizando as Ruas da Paz, Grande, dos Afogados e do Sol, dirigiram-se à residência oficial do governador. Ante a pressão dos estudantes gritando palavras de ordem, cantando músicas de protestos e até o hino nacional, a polícia reagiu com bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes. Acossados frente à truculência da polícia, aquele grupo de estudantes que ocupava a praça defronte ao Hotel Central se retiraram para a Praça João Lisboa que a essas alturas, já se encontrava apinhada de manifestantes. Carros de bombeiros utilizando jatos d’água, tropas de choque e pancadaria, renderam muita ação naquela noite obrigando os estudantes a baterem em retirada na direção da Praça Deodoro da Fonseca. No entanto, a retirada da Praça João Lisboa não foi sem prejuízo. O ônus daquela agressão foi estabelecido pela reação não menos violenta dos estudantes que recuaram quebrando telefones públicos, ônibus e placas. (Santo Filho, 2005, pp. 32-33)

Os jornais locais e a historiografia vão relatar esse conflito entre policiais militares e manifestantes como um cenário de devastação total e de truculência de ambas as partes, porém, sempre ressaltando os espancamentos e detenções indiscriminadas de todos aqueles que os

militares entendiam que fossem arruaceiros e baderneiros. Conforme podemos observar na matéria publicada:

Os prejuízos causados pelas manifestações, que se estenderam por dois dias consecutivos, incluem depredações a estabelecimentos comerciais, saques a supermercados e destruição de viaturas da Secretaria de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros. A cidade enfrenta um cenário caótico, com prejuízos aos bancos, comércios e órgãos de segurança do Estado, marcando um dos maiores episódios de tumulto na história recente de São Luís (O Imparcial, 20 set. 1979).

Por um lado, o relato jornalístico descreve a greve da meia passagem, ocorrida em 1979, como uma onda de destruição e depredação do patrimônio público por parte dos manifestantes, engendrando uma ótica de uma massa rebelde e incontrolável que causa uma forma de pânico coletivo através de relatos de incêndio de automóveis de caráter oficial e privado, fachada de lojas, placas de iluminação, semáforos entre outras narrativas presente nas reportagens nos dias posteriores ao ocorrido. Vale enfatizar também a representação de uma polícia militar despreparada para grandes distúrbios sociais e com a utilização de medidas arbitrárias e violentas, tais como: agressão física, psicológica, prisões desmedidas e o uso intensivo da tortura. (O Imparcial, São Luís, 04 out. 1979, p. 3).

O estado truculento também é denunciado por treze Entidades e Movimentos que, em uma carta conjunta, denominada “Carta ao povo maranhense”, atestam o desrespeito ao devido processo legal com a prisão secreta e a falta de liberdade para o trabalho dos jornalistas.

“Apesar de toda a movimentação estudantil, as autoridades estudantis, as autoridades municipais e estaduais desconhecem totalmente a reivindicação e a única concessão feita até a semana passada fora o ex-prefeito Lerenó Nunes haver recebido o abaixo-assinado dos estudantes, prometendo vagamente que iria estudar o caso, que continuou sem resposta até sua saída da prefeitura. Achavam-se as autoridades ser mais cômodo ignorar as reivindicações, como se elas não lhes dissessem respeito, e relegá-las ao nível que tem sido relegadas as questões sociais neste País: são caso de polícia e como tais têm de ser tratadas’.

A violência policial foi apenas a causa próxima da verdadeira insurreição popular acontecida em São Luís, mas que devem ser buscada ‘causas maiores, de ordem estrutural, de conteúdo socioeconômico’, para se ter uma compreensão correta da realidade.

[...] Segundo dados do próprio governo, somente nos últimos dois anos, 16 mil famílias provinda do campo ingressaram na capital, sejam expulsas pela ação de grileiros e latifundiários, sejam por vislumbrarem melhores condições de vida e de ascensão social que no campo. Tais famílias que chegam, porém, tem diante de si um quadro extremamente difícil, pois o desemprego é uma realidade para milhares de cidadãos em idade ativa e a má remuneração é uma constante numa cidade onde os patrões contam com o extenso exército de desempregados. O custo de vida, por outro lado, sobe sem controle algum, levando a fome e a miséria a milhares de lares. Educação, saúde, moradia

condigna são problemas básicos que nem de longe foram tocados pelas autoridades” (O Imparcial, 23 set. 1979).

O documento (*Carta ao povo maranhense*) faz uma análise da reivindicação da meia passagem, que vinha sendo levado a efeito pelos estudantes desde 1977, e responsabiliza o governo pelas violências ocorridas e por suas consequências, bem como pelos desdobramentos desta crise, fruto da intransigência governamental e seu distanciamento dos anseios e necessidade do povo. Vale ressaltar que a carta foi assinada e redigida pelo Centro de Estudos Teológico, Assessoria de Imprensa da Arquidiocese, Movimento Familiar Cristão, MDB, Federação de Teatro Amador do Maranhão, pelo Movimento Oposição Pra Valer, pela Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, Conferência dos Religiosos do Brasil, CBA, Comissão Pastoral da Terra e pela Escolinha São João.

No dia 18 de setembro de 1979, a cidade amanheceu com ares de uma terra arrasada, com o comércio fechado e sem o funcionamento do transporte público. Nesse cenário desolador, ainda houve alguns enfrentamentos isolados entre a polícia e manifestantes. Devido a ampla divulgação nos meios jornalísticos local, regional e nacional e pressionado para apaziguar a situação, o Governador do Estado, João Castelo, abre negociação com uma comissão, ao mesmo tempo que membros da OAB-MA, da Igreja Católica e da APRUMA reúnem para apresentar um parecer jurídico sobre a concessão da meia passagem nos transportes coletivos da capital. Chegando à seguinte conclusão:

Compete ao Município conceder a meia-passagem, de acordo com as leis municipais em vigor desde 1957 e 1963. Enquanto isso, os estudantes universitários decidem prosseguir com a greve, mantendo a paralisação das aulas na UFMA e na FESM (O Imparcial, 23 set. 1979)

Com esse apoio dessas organizações, ocorre no turno vespertino uma assembleia dos manifestantes, sob um forte esquema de segurança, no Estádio Nhozinho Santos, sendo acordado a continuidade da paralisação e é estipulado um prazo de 05 dias para um posicionamento oficial do Governador. Então, no dia 23 de setembro, domingo, através da emissora de Televisão Difusora, o Governador João Castelo faz um pronunciamento oficial concordando e sinalizando positivamente sobre a meia passagem.

No dia seguinte, uma massa de estudantes se desloca para a Praça Deodoro com o objetivo de comemorar o êxito na conquista do direito a meia passagem para todos os estudantes e em todos os níveis de escolaridade. E essa festa será retratada como manchete principal nos meios impressos locais de uma forma apaixonada e louvável. E a meia passagem passa a vigorar a partir do dia 01 de outubro de 1979.

Porém, a concessão da meia passagem trouxe novos desafios, com empresas boicotando

o processo. Os estudantes, contudo, continuaram sua luta por direitos, revelando um ano marcado por intensas mobilizações, desafios e resistências em São Luís. E a perseguição do regime com as lideranças estudantis foi intensificada.

Assim, alguns líderes envolvidos na luta pela meia passagem foram intimados pela Polícia Federal, com a alegação de violação da Lei de Segurança. Esse fato gerou ainda mais solidariedade e união entre os estudantes e a sociedade, pois diversos setores emitiram nota de apoio aos estudantes e de crítica a postura do governo, que agora ameaçava estudantes com a referida lei.

Em vista disso, a mobilização foi marcada por uma resistência prolongada e recebeu amplo apoio tanto dentro quanto fora do ambiente estudantil. Os estudantes reivindicavam um direito que, embora legalizado, não era implementado, apesar da urgente necessidade de acesso ao transporte coletivo. Mesmo diante da intensa violência por parte das forças repressivas e dos órgãos de propaganda estatais, o movimento e seus participantes não se intimidaram nem recuaram. A greve somente chegou ao fim com a conquista da meia passagem para todos os estudantes. Antes desse episódio, os estudantes enfrentaram o chamado “entulho autoritário⁷”, contribuindo para a reconstrução da UNE e participando de outras mobilizações em defesa de direitos e da democracia (Dias, Alves, 2020).

3.4 – As memórias sobre o movimento pela meia passagem: “a história vive-se ou perde-se no esquecimento”

Os desdobramentos da greve de 1979 perduraram na memória coletiva, e no contexto de comemoração do 1º ano da conquista pela meia passagem é robustecida a tensão entre a classe estudantil e as autoridades, principalmente com a polícia. As ações e reações evidenciam a persistência dos estudantes e da sociedade civil na busca por seus direitos e a complexidades das relações com as autoridades.

Em setembro de 1980, os estudantes de São Luís comemoraram a greve de 1979, considerada como uma das mais significativas da história do Maranhão. Conforme matéria publicada no *Diário do Povo*, o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Jomar Fernandes, anuncia que:

⁷ O termo frequentemente é utilizado para descrever as estruturas, práticas e mentalidades que persistem em uma sociedade mesmo após o fim de um regime autoritário. Assim, é realçado a ideia de que é necessário um esforço contínuo para uma nova cultura política e promoção de uma “reconciliação nacional”, por meio de medidas, como: reforma das instituições, promoção de uma justiça de transição, e constrição de uma consciência baseada no respeito aos direitos e à democracia.

O próximo dia 18, quando se pretende comemorar na Praça Deodoro a greve pela meia-passagem, passará a ser considerado o dia do estudante maranhense, pois a ‘história ou vive-se ou perde-se no esquecimento’. Para este dia o DCE marcou, além do ato público na Deodoro, uma feira de música, poesia, teatro e uma assembleia, pretendo também afixar uma placa no coreto da Praça, marcando o dia da vitória da greve. (Diário do Povo, 04 set. 1980)

Entretanto, essa declaração não foi bem vista pelas autoridades locais e os estudantes foram presos, com alegação de depredação do patrimônio público, enquanto colavam cartazes convocando todos a participarem dessa mobilização no dia 18 de setembro de 1980.

Oito estudantes universitários e secundaristas, que haviam sido presos nas últimas horas da segunda-feira, foram postos em liberdade, ontem, durante o decorrer do dia, à medida em que prestaram depoimento na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Os estudantes foram presos na Praça João Lisboa, quando realizavam a colagem de cartazes conclamando seus colegas na luta pela meia-passagem nos ônibus urbanos da capital. Nada menos que seis viaturas policiais apinhados de soldados armados com revólveres, fuzis e até metralhadoras, cercaram os estudantes na Praça João Lisboa, levando-os ao Primeiro Distrito Policial, onde ficaram presos. (Diário do Povo, 10 set. 1980)

A prisão arbitrária dos estudantes gerou repercussão na sociedade como um todo e em meio a esse cenário o secretário de Segurança Pública do Estado, Raimundo Ferreira Marques, convoca as lideranças estudantis para uma reunião e informa da impossibilidade de liberar a praça Deodoro, com os seguintes argumentos:

A praça ‘tecnicamente’ não oferece condições para concentrações de grande porte. Porém, Marques comprometeu-se a conseguir o estádio Nhozinho Santos, com serviço de som e iluminação, “tudo de graça”. E atesta que a decisão é puramente técnica, e que as experiências feitas comprovaram a inviabilidade da praça para quaisquer tipos de manifestações que reúnam muitas pessoas. (O Imparcial, 12 set. 1980)

Diante da proibição de usar a Praça Deodoro, os estudantes decidiram não realizar o evento no local. Planejaram distribuir panfletos, realizar uma mesa-redonda e hastear uma bandeira preta em sinal de luto pela restrição. O presidente do DCE da UFMA, Jomar Fernandes, atesta que: “Este recuo é temporário e que uma campanha para reconquistar definitivamente a praça seria retomada em breve, contando com a participação de toda a população de São Luís” (O Imparcial, 16 set. 1980).

Durante as comemorações pacíficas do aniversário da meia passagem, a presença policial foi intensificada, com o relato de prisões e tentativa de boicote do ato dos estudantes.

Logo às 8 horas, os universitários Juarez Medeiros, José Maria Medeiros e Ivan Teles foram presos no Centro da cidade, por agentes de segurança, levados ao gabinete do coordenador de segurança pública da capital, Ariel

Guimarães, de onde saíram duas horas depois. Oficialmente, não prestaram depoimentos e, segundo eles, a conversa transcorreu num clima muito cordial. No entanto, foram cordialmente advertidos de que os estudantes, de um modo geral, não poderiam fazer manifestações que provocassem aglomerações.[...]

Ontem, líderes estudantis da UFMA, da FESM denunciaram que quatro policiais à paisana estiveram na Gráfica São Luís, à noite, quando tentaram comprar os 30 mil panfletos impressos, oferecendo quantia superior à já acertada com o DCE. Os funcionários teriam recusado e os policiais retornaram, dizendo que logo voltariam, não mais para comprar, ‘mas com uma ordem de busca do delegado para a apreensão dos panfletos’. Isso, no entanto, não ocorreu, os estudantes chegaram em seguida e levaram os panfletos que ontem foram distribuídos. (O Imparcial, 18 set. 1980)

Então, diante desse cenário autoritário as atividades natalícias da meia passagem foram limitadas à distribuição de panfleto, denominado “Estamos de Luto”, assinado pelo DCE da UFMA, FESM e pelos Secundaristas, e possui o seguinte conteúdo:

No dia 17 de setembro de 1979, o povo e os estudantes de São Luís foram às ruas para conquistar a meia-passagem. O Governo bateu e prendeu muita gente. A polícia chegou, inclusive, a baleiar dois estudantes e a torturar outros dezesseis na mata do Turu. Mas o povo sabia que tinha direito à meia-passagem e, por isso, continuou a luta. O povo venceu!

Hoje, os estudantes comemoram o primeiro aniversário desta vitória popular, mas o mesmo governo é contra o povo e, por isso, ele não quer que os estudantes tenham direito à Praça Deodoro para essa comemoração. Não ocuparemos a Praça porque para nós não é interessante à luta contra a Polícia. Não somos nós que aterrizamos a população: não usamos cassetetes, nem bomba de gás, nem revólveres, nem baionetas. A única força que temos usado é a palavra e não temos culpa se a nossa voz incomoda aqueles que tomam terras dos lavradores, que vendem o Estado e que não têm coragem de enfrentar a opinião pública.

Os estudantes querem mais dinheiro para a Educação, mais escolas, melhores salários para os trabalhadores, alimentação boa e barata e muitas outras coisas que o povo quer e necessita.

A luta continua, continua., precisamos conquistar à meia-passagem para Cohatrac, Ribamar, Maiobinha e para onde quer que haja estudantes.

Pela Praça Deodoro, pela meia-passagem contra a ALCOA.

Continuamos na Luta! (O Imparcial, 18 set. 1980)

Todos esses eventos indicam que as relações entre os estudantes e as instituições de segurança mantiveram-se tensas e que as demandas estudantis continuavam sendo enfrentadas com resistência por parte do poder público, com uma estratégia discursiva permeada pelo receio de algazarra, baderna e de possibilidade de um novo confronto entre os estudantes e os agentes do Estado, tal como ocorrido em 1979. Assim sendo, as matérias veiculadas enfatizavam mais o caráter celebrativo, em razão da conquista da meia passagem do que a mobilização social e política que representou o movimento.

Dessa forma, como sendo um dos principais momentos da história contemporânea maranhense, e devido a sua importância na memória local, no ano de 1997 foi aprovada pela

Câmara Municipal de São Luís a proposta de criação do Memorial da Meia Passagem, nunca executado.

No contexto de comemoração dos 45 anos desse episódio, no ano de 2024, será produzido um documentário por alunos do curso de Comunicação Social, da Universidade Federal do Maranhão, por meio de imagens, depoimentos e relatos de alguns personagens da greve de 1979.

Portanto, ao completar 45 anos dessa importante conquista para a classe estudantil, e a sociedade de uma maneira geral, faz-se necessário a compreensão da greve da meia passagem a fim de conhecer, valorizar e problematizar a história política e social recente do Estado do Maranhão, pois como atesta o historiador Marc Bloch (2001, p.25): “devemos compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente. ”

CONCLUSÃO

Os estudantes e a sociedade civil organizada emergiram como uma das principais forças de resistência contra a ditadura no Brasil, destacando-se pela audácia ao desafiar as leis repressivas e pela notável habilidade de mobilização social. Eles demonstraram sua oposição por meio de diversas ações, incluindo manifestações, passeatas e atos públicos. Além da organização de debates e congressos e evidenciando uma determinação incansável na busca pela expressão de suas ideias e na resistência ao regime autoritário vigente.

Logo, o movimento em prol da meia passagem, ocorrido em São Luís entre 1977 a 1979, teve como auge a greve pela meia passagem, em 1979, cujo estopim foi o aumento nas tarifas dos transportes coletivos urbanos da capital. O anúncio dessa medida pelas autoridades políticas desencadeou manifestações contrárias, principalmente por parte do segmento estudantil, prejudicado com o aumento nas passagens dos ônibus. A elevação frequente das tarifas em um curto período de tempo foi considerada abusiva.

O descontentamento em torno desse tema evidenciou interesses divergentes entre dois segmentos sociais. Enquanto os empresários do setor de transportes urbanos esperavam a rápida implementação do aumento nas tarifas, os estudantes defendiam a adoção da meia passagem, argumentando que esse direito estava legalmente assegurado e sendo negligenciado pelas autoridades.

Durante o processo de negociação para resolver a situação, a postura do governador João Castelo revelou uma maior receptividade aos segmentos dos empresários, comerciantes e industriais da cidade, enquanto os estudantes foram encarados com reserva e desconfiança. A demora do poder público em conceder o direito à meia passagem foi um ponto de impasse, resultando em intensa pressão sobre as autoridades.

O envolvimento de entidades da sociedade civil que desempenharam um papel significativo como mediadores das reivindicações estudantis junto ao governo. Além disso, a influência de religiosos da Igreja Católica, imbuídos dos ideais da Teologia da Libertação contribuíram, de maneira significativa, para a conscientização crítica dos estudantes diante da realidade.

A análise da memória sobre a greve de 1979 revelou disputas em torno das representações dos acontecimentos, com diferentes grupos buscando registrar os feitos de um momento que deveria ser lembrado. A Praça Deodoro, central nas manifestações estudantis, também se destacou como um espaço relevante na produção de memória.

As lutas pela meia passagem no Maranhão representam um capítulo significativo

na história dos movimentos estudantis e das mobilizações sociais no Estado. Esses episódios geralmente estão associados a demandas dos estudantes por benefícios no transporte público, buscando tornar mais acessível o deslocamento para instituições de ensino.

O movimento estudantil, nesse contexto, atuou na organização e liderança das manifestações. Estudantes de diversas instituições mobilizaram-se, realizando protestos, passeatas, e outros atos públicos para reivindicar a implementação da meia passagem, que permitiria um custo mais acessível no transporte público para os estudantes.

Essa mobilização estudantil não se restringiu apenas às manifestações nas ruas, mas também envolveu estratégias como abaixo-assinados e diálogo com as autoridades locais. O movimento pela meia passagem, portanto, tornou-se um marco na luta pelos direitos dos estudantes em relação ao transporte, destacando a importância da organização estudantil na defesa de seus interesses.

Essas ações não apenas buscavam benefícios imediatos para os estudantes, mas também refletiam uma participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além do mais, os meios de comunicação, principalmente os periódicos, desempenharam um papel de sumária importância ao retratar as representações do movimento pela meia passagem. Em vista disso, ao analisar as matérias publicadas nos jornais *Diário do Povo* e *O Imparcial*, algumas conclusões podem ser realçadas.

Observa-se, primeiramente, que esses periódicos manifestaram interesse e cobertura em relação ao movimento pela meia passagem, evidenciando a importância e o impacto desse tema na época. As notícias e reportagens divulgadas tinham o propósito de informar a população sobre as reivindicações dos estudantes e jovens que lutavam por tarifas reduzidas no transporte público.

No entanto, é fundamental contextualizar a análise das representações encontradas nos periódicos no contexto da ditadura militar que prevalecia no Brasil naquele período. É plausível que as informações divulgadas tenham sido sujeitas a censura e controle por parte do regime, o que pode ter influenciado a forma como o movimento foi retratado.

Apesar das possíveis restrições impostas pelo regime militar, é perceptível que os periódicos se empenharam em dar visibilidade às demandas dos estudantes e enfatizar a importância da meia passagem como um direito social. Por meio das reportagens, os jornais apresentaram os argumentos dos manifestantes, enfatizaram as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e as consequências da falta de acesso a um transporte adequado.

Além disso, os periódicos abordaram as ações de protesto e mobilização promovidas pelo movimento, como ocupações, passeatas e negociações com as autoridades. Isso evidencia o destaque dado aos aspectos políticos e sociais dessas manifestações, assim como o reconhecimento dos estudantes como agentes sociais que buscavam transformações na realidade em que estavam inseridos.

No entanto, é importante reconhecer que a análise desses periódicos isoladamente não permite uma compreensão abrangente das representações do movimento pela meia passagem em São Luís. Outras fontes e abordagens metodológicas podem enriquecer essa análise, proporcionando uma visão mais ampla e aprofundada do contexto sociopolítico da época.

As representações do movimento pela meia passagem nos periódicos *Diário do Povo* e *O Imparcial*, entre 1977 e 1980, revelam a importância e a relevância desse tema na cidade de São Luís durante aquele período. Por meio das notícias e reportagens divulgadas foi possível dar visibilidade às demandas dos estudantes, destacar as dificuldades enfrentadas nas ações realizadas e emergem com um dos meios de construção e consolidação de memórias.

REFERÊNCIAS

Periódicos

ENTIDADES denunciam prisões arbitrárias. **O Imparcial**, São Luís, nº. 14.639, p. 3, 23 set. 1979.

ESTUDANTES comemoram greve de 79. **Diário do Povo**, São Luís, nº. 564, p. 05, 04 set. 1980.

ESTUDANTES desistem de ir à praça Deodoro. **O Imparcial**, São Luís, nº. 14.948, p. 5, 16 set. 1980.

ESTUDANTES em greve pela meia-passagem. **O Imparcial**, São Luís, n. 14. 632, p. 5, 15 set. 1979

ESTUDANTES foram libertados. **Diário do Povo**, São Luís, nº. 569, p. 04, 10 set. 1980.

ESTUDANTES pedem a meia-passagem. **Diário do Povo**, São Luís, ano I, n. 51, 10 nov. 1978.

FECURY concederá meia passagem. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.498, p. 7, 01 abris 1979.

GREVE continua até a liberação da meia passagem. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.633, p. 7, 16 set. 1979.

GREVE continua até a liberação da meia passagem. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.633, p. 7, 16 set. 1979

LERENO vai estudar meia-passagem. **Diário do Povo**, São Luís, ano I, n. 53, p. 5, 12 nov. 1978.

LÍDERES estudantis presos pela polícia. **O Imparcial**, São Luís, nº. 14.950, p. 7, 18 set. 1980.

MAJORAÇÃO das passagens dos coletivos depende da gasolina. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.456, p. 3, 09 fev. 1979.

MEIA passagem solicitada na Assembleia. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.476, p. 3, 07 março 1979.

MEIA-passagem caminha para desfecho final. **O Imparcial**, São Luís, nº. 14.637, p. 3, 23 set. 1979.

MEIA-passagem não aprovada. **Diário do Povo**, São Luís, ano I, n. 62, p. 5, 24 nov. 1978.

O CRESCIMENTO do custo de vida. **Diário do Povo**, São Luís, ano I. n. 102, p. 8, 14 jan. 1979.

PASSAGENS dos coletivos aumentarão 50 por cento. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.454, p. 2, 06 fev. 1979.

PREJUÍZOS da greve ainda não calculados. **O Imparcial**, São Luís, nº. 14.636, p. 5, 20 set. 1979.

SÃO LUÍS. **Lei 807, de 08 de agosto de 1957**. São Luís, MA: Câmara Municipal, 1957.

SEGUP nega Deodoro para os estudantes. **O Imparcial**, São Luís, nº. 14.946, p. 7, 12 set. 1980.

SURGEM mais estudantes torturados. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.468, p. 3, 04 out. 1979.

TRANSPORTES coletivos têm passagens majoradas. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.631, p. 7, 14 set. 1979.

TRANSPORTES coletivos têm passagens majoradas. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.631, p. 7, 14 set. 1979.

UNIVERSITÁRIOS pedem meia-passagem. **O Imparcial**, São Luís, n. 19.172, p. 5, 10 nov. 1977.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Marcos Vinícius. Os 40 anos da greve estudantil pela meia passagem em São Luís (1979). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, v. 95, p. 135-143, 2021. Disponível em: <https://www.editorauema.uema.br/wp-content/uploads/files/2021/09/revista-instituto-historico-e-geografico-do-maranhao-1632145344.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

ARAÚJO, M. P. Lutas democráticas contra ditadura. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **Revolução e democracia** (1964 - ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARROS, J. D. A. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Dispõe sobre a concessão de anistia em dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 22 out. 2023

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, n. 28, n. 47, p. 43-59, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 07 maio de 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLZMANN, Lorena; SERRA PADRÓS, Enrique (Orgs.). **1968: contestação e utopia**. Porto Alegre: EDUFGRS, 2003.

LAVALLE, Adrián Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Tradução . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v4cnf/pdf/lavalle-9788575114797-03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 111-153.

MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. **O que se passou em São Luís?** Representações sobre a greve da meia passagem em 1979. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2009.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e escravidão: a abolição nos impressos do Rio de Janeiro. In. CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins de (orgs.). **O império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos**. São Luís: Editora UEMA; Café & Lápis, 2015, pp. 453-473.

MARTINS FILHO, J. R. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: Ferreira, J.; Delgado, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano, O tempo da experiência democrática**. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATIAS, Moisés. **A Revolta da Meia Passagem: a história da greve estudantil em 1979**. São Luís: Estação Produções, 2004.

MOREIRA, F. M. O arcabouço normativo no período da ditadura militar no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (Org.). **Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 23-43.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estado e Direitos Humanos no Brasil: do AI-5 ao I Programa Nacional de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro; IPEA, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1855> . Acesso em: 02 nov. 2023.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Ferreira de. Centro Acadêmico de História Lagoa Amarela em Defesa da Universidade Pública no Maranhão (1990-1999). **Revista da APG (PUC-SP)**, v. 1, p. 12-40, 2022. Disponível em: [Centro Acadêmico de História Lagoa Amarela em Defesa da Universidade Pública no Maranhão \(1990-1999\) | Revista da APG \(pucsp.br\)](#) . Acesso em: 16 jul. 2023.

PEREIRA, Marcos Aurélio Santos. Os defensores do escravismo na imprensa ludovicense (1881-1888). **Outro Tempos**, vol. 1, 2007, pp. 77-97.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem** – história da participação política dos estudantes brasileiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1979.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: [Vista do Memória e identidade social. \(fgv.br\)](#). Acesso em: 07 dez. 2023.

REIS, Thays Assunção. **A cultura nos diários maranhenses: uma análise editorial dos jornais o Estado do Maranhão, o Imparcial, Pequeno e o Progresso**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa , 2017. Disponível em: [TEDE: A CULTURA NOS DIÁRIOS MARANHENSES: UMA ANÁLISE EDITORIAL DOS JORNAIS O ESTADO DO MARANHÃO, O IMPARCIAL, PEQUENO E O PROGRESSO \(uepg.br\)](#) . Acesso em: 07 de abril 2023.

RESENDE, Pâmela de Almeida. Da abertura lenta, gradual e segura à Anistia ampla, geral e irrestrita: a lógica do dissenso na transição para a democracia. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 36-46, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/4710/4054> . Acesso em: 22 out. 2023.

SANTOS, Francisco José dos. **Da campanha da legalidade ao golpe de estado de 1964: o estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart (1961-1964)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6319>. Acesso em 20 set. 2023.

SANTOS FILHO, Durval Medeiros da Cunha. **Insurreição Urbana: a greve de 17 de setembro de 1979**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. São Luís, 2005.

SILVA, Ilse Gomes. Política e Ideologia no Maranhão: do Maranhão Novo ao Novo Tempo. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais**. São Luís, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/politicaeideologianomaranhao-domaranhaonovoaoenovotempo.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SPRANDEL, Márcia Anita. Migração e crime: a lei 6.815, de 1980. **REMHU: Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 23, n. 45, p. 145-168, jul. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/remhu/a/JLLDbKy5pHPYTLmVpb8R8vf/?format=html#>. Acesso em: 10 abril 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

VIÉGAS, Jorge Henrique Pereira. **Aspectos Históricos do Movimento Estudantil em São Luís (1968 – 1979)**. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís: 2004.

ZANIN, Edmilson José. A Igreja em diálogo com os movimentos estudantis e juvenis. **Contemplação** – Revista Acadêmica de Filosofia e Teologia da Faculdade João Paulo II, v. 27, p. 164-183, 2022. Disponível em: [Vista do A IGREJA EM DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS E JUVENIS NO BRASIL \(fajopa.com\)](#) . Acesso em: 06 jul. 2023.